

RELATÓRIO TÉCNICO TRIMESTRAL

PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DA OBRA – PEAT
E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL INDÍGENA

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA RODOVIA MT-322

MARÇO A JUNHO DE 2026



CONTRATO Nº 008/2023/00/00-SINFRA
ORDEM DE SERVIÇO Nº 00031/2026/SCOLA/SINFRA

FICHA TÉCNICA

CONTRATANTE	
Nome do Empreendedor	CONSÓRCIO SUPERVISÃO VIA NOVA
CNPJ	49.260.369/0001-22
Endereço	R BERNARDO PIRES, Nº 65, SANTANA
CEP - Município - UF	CEP 90.620-010, PORTO ALEGRE-RS
Representante	Marco Antonio Devilla Landgraf
Contato	Nº 692/002/2026
Ordem de serviço	00031/2026/SCOLA/SINFRA
E-mail	gabriela.gass@enecon.com.br
GESTÃO DO CONTRATO	
<i>Eduardo Prates</i>	prates.eduardo@consorciovianova.com.br
<i>Washington Batista Assunção</i>	washington.batista@consorciovianova.com.br
<i>Jaidene</i>	jaidene.vieira@consorciovianova.com.br

FICHA TÉCNICA

CONTRATADA	
Nome da Empresa	JURUPARÁ GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E PRODUTIVA LTDA
CNPJ	40.471.990/0001-60
Endereço	Avenida Dois de dezembro, Nº 2579, Cidade Alta
CEP - Município - UF	CEP 78.325-000, Aripuanã-MT
Registros	CTF/AINDA: 8051112 CRA-MT: 90-00621 CFT: 40471990000160
Representante	Emerson de Oliveira Jesus
E-mail	emerson@juruparasocioambiental.com.br

QUADRO TÉCNICO

NOME COMPLETO	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	REGISTRO PROFISSIONAL	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (IBAMA)
EMERSON DE OLIVEIRA JESUS	Coordenação Geral	Bacharel em Administração (UNIP/2016), Técnico em Agropecuária (EMARC/2010) e Licenciatura em Geografia pela UNEMAT (8º período). Especialista em Gestão Pública (IFMT/2018), Gestão, Licenciamento e Auditoria Ambiental (UNOPAR/2020) e Docência Para a Educação Profissional e Tecnológica (IFMT/2022). Especializando em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável pela UNEMAT, Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis pela UFPel e Ensino de Filosofia também pela UFPel.	CRA-MT Nº 20-08153 CFTA Nº 90790278200	CTF/AINDA-IBAMA Nº 7818699
HENRIQUE SOUZA DE SANTANA	Coordenação de Campo	Tecnólogo em Tecnologia da Informação - IFMT/2019, Especializado em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável - FAVENI/2023, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável - Unemat/Cursando.	-	-
BRUNO CAPORRINO	Consultor Antropológico	Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, USP. Pós-graduado em Indigenismo pela Universidade Positivo/Opan. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).	-	-
Geovani Apóstolo Vilas Boas	Analista de Projetos Socioambientais	Tecnólogo em Gestão Ambiental com especialização em Gestão Pública.	-	-

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	6
1.1 Dados gerais	6
1.2 Identificação do empreendedor.....	7
1.3 Identificação da contratada para supervisão.....	7
1.4 Identificação da executora dos programas socioambientais.....	7
1.5 Identificação da responsável pela elaboração original dos programas.....	8
2. APRESENTAÇÃO.....	9
3. OBJETIVO DO RELATÓRIO.....	11
4. PERÍODO DE REFERÊNCIA E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	12
4.1 Período de referência.....	12
4.2 Referências utilizadas na avaliação.....	12
4.3 Critérios de avaliação	13
5. REFERÊNCIAS TÉCNICAS E INSTITUCIONAIS	14
5.1 Instrumentos de referência.....	14
5.2 Diretrizes técnicas e normativas consideradas	14
6. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS.....	14
7. ALTERAÇÕES E AJUSTES DO PLANO DE TRABALHO	16
7.1 Solicitações de complementação.....	16
7.2 Adequações realizadas.....	17
7.3 Documentação complementar da equipe	18
7.4 Aplicação do Plano de Trabalho ajustado	18
8. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DA OBRA – PEAT.....	19
8.1 Síntese da execução do PEAT no período.....	19
8.2 Ações previstas	22
8.3 Metodologia utilizada	22
8.4 - OE1.1 - Realização de palestras ou oficinas de capacitação.	23
8.5 - OE1.2 - Condução de Diálogos Semanais de Segurança (DSS) junto às equipes operacionais.	25
8.6 - OE1.3 - Promover rodas de conversa e encontros de sensibilização com abordagem antropológica.....	26
8.7 - OE1.4 - Elaborar e disponibilizar materiais informativos e educativos. CARDS e Cartazes.....	26
9. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL INDÍGENA	28
9.1 Síntese da execução do Programa de Comunicação Social Indígena no período	28

9.2 Ações previstas	30
9.3 Metodologia utilizada	31
9.4 - OE2.1 - Implementação e manutenção de um canal institucional de comunicação para interlocução com comunidades indígenas e instituições envolvidas.....	32
9.5 - OE2.2 - Produzir e disseminar boletins informativos direcionados às comunidades indígenas.	33
10. MATRIZ COMPARATIVA ENTRE A RTG, O PLANO DE TRABALHO E A EXECUÇÃO	34
10.1 Programa de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT	35
10.2 Programa de Comunicação Social Indígena.....	37
10.3 Síntese da execução.....	39
11. INDICADORES CONSOLIDADOS	40
11.1 Indicadores do PEAT	40
11.2 Indicadores do Programa de Comunicação Social Indígena.....	41
11.3 Indicadores qualitativos.....	42
11.4 Limites da consolidação	42
12. RASTREABILIDADE DAS ATIVIDADES REALIZADAS	44
13. CONDIÇÕES OBSERVADAS E MEDIDAS ADOTADAS	47
13.1 Procedimentos relacionados a eventual ingresso em Terra Indígena.....	48
13.2 Aperfeiçoamentos incorporados	49
14. ENCAMINHAMENTOS PARA O PRÓXIMO PERÍODO	50
14.1 Programa de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT	50
14.2 Programa de Comunicação Social Indígena.....	50
14.3 Monitoramento e documentação	51
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
16. RELAÇÃO DE ANEXOS	54
Bloco I – Documentos de referência.....	54
Bloco II – Correspondências e articulações institucionais realizadas.....	54
Bloco III – Relatórios do período	54
Bloco IV – Evidências do PEAT	54
Bloco V – Evidências do Programa de Comunicação Social Indígena.....	54
Bloco VI – Regularização da equipe.....	55

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O presente relatório refere-se à execução dos Programas de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT e de Comunicação Social Indígena, vinculados aos serviços de manutenção e conservação da Rodovia MT-322. Os programas decorrem das condicionantes estabelecidas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e integram as medidas de prevenção e mitigação dos impactos socioambientais relacionados às intervenções realizadas no trecho rodoviário.

1.1 Dados gerais

Quadro 1 – Identificação geral do empreendimento

ITEM	IDENTIFICAÇÃO
Empreendimento	Manutenção e conservação da Rodovia MT-322
Rodovia	MT-322
Trecho	Trecho não pavimentado compreendido entre as coordenadas iniciais 10°30'12.99"S / 54°00'47.13"W e finais 10°46'38.37"S / 53°06'10.46"W
Extensão aproximada	110 km
Área de influência indígena	Terra Indígena Capoto/Jarina e Território Indígena do Xingu
Município de referência operacional	Distrito de União do Norte, município de Peixoto de Azevedo-MT
Atividades socioambientais	Programa de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT e Programa de Comunicação Social Indígena
Período abrangido pelo relatório	Março a junho de 2026
Ordem de Serviço	Ordem de Serviço nº 00031/2026/SCOLA/SINFRA, emitida em 6 de março de 2026
Contrato de supervisão	Contrato nº 008/2023/00/00-SINFRA
Processo SINFRA	SINFRA-PRO-2024/08728
Processo FUNAI indicado na RTG e na Ordem de Serviço	Processo FUNAI nº 00473.048133/2022-14
Processo FUNAI de acompanhamento do componente indígena	Processo FUNAI nº 08620.005726/2020-03
Processo IBAMA relacionado	Processo IBAMA nº 02001.000412/2023-60
Documento de referência da FUNAI	Ofício nº 226/2025/DPDS/FUNAI
Referência técnica	Nota Técnica nº 012/2025/SAMAC/SAOR/SINFRA-MT

ITEM	IDENTIFICAÇÃO
Documento orientador dos programas	RTG nº 13722169925 – Programas da MT-322 – Manutenção

1.2 Identificação do empreendedor

Governo do Estado de Mato Grosso

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA-MT

CNPJ: 03.507.415/0022-79

Endereço: Palácio Paiaguás, Rua C, s/n, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT

Telefone: (65) 3613-4600

A SINFRA-MT é a responsável institucional pelos serviços de manutenção e conservação da Rodovia MT-322 e pelo atendimento às exigências estabelecidas no âmbito dos processos de licenciamento e acompanhamento do componente indígena.

1.3 Identificação da contratada para supervisão

Consórcio Supervisão Via Nova

CNPJ: 49.260.369/0001-22

Endereço: Rua Bernardo Pires, nº 65, Bairro Santana, Porto Alegre-RS

CEP: 90.620-010

Contrato: nº 008/2023/00/00-SINFRA

O Consórcio Supervisão Via Nova é responsável pela supervisão das obras na malha viária estadual, incluindo o acompanhamento técnico-ambiental e o controle das atividades relacionadas ao empreendimento.

1.4 Identificação da executora dos programas socioambientais

Jurupará Gestão Socioambiental e Produtiva Ltda.

Jurupará Socioambiental

CNPJ: 40.471.990/0001-60

Endereço: Avenida Dois de Dezembro, nº 2579, Bairro Cidade Alta, Aripuanã-MT

CEP: 78.325-000

E-mail: jurupara@juruparasocioambiental.com.br

Telefone: (66) 9 9622-7324

A Jurupará Socioambiental é responsável pela execução técnica do Programa de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT e do Programa de Comunicação Social Indígena, incluindo o planejamento das ações, mobilização da equipe, articulação institucional, realização das atividades educativas e de comunicação, monitoramento dos indicadores e elaboração dos relatórios técnicos.

1.5 Identificação da responsável pela elaboração original dos programas

RTA Engenheiros Consultores Ltda.

CNPJ: 04.208.867/0001-98

Endereço: Rua 44, nº 487, Bairro Boa Esperança, Cuiabá-MT

CEP: 78.068-505

Telefone: (65) 3054-4934

A RTA Engenheiros Consultores Ltda. foi responsável pela elaboração original dos Programas de Educação para os Trabalhadores da Obra e de Comunicação Social Indígena apresentados à FUNAI. A execução dos programas, iniciada em março de 2026, passou a ser conduzida pela Jurupará Socioambiental, mediante Plano de Trabalho próprio e em conformidade com as orientações e complementações posteriormente apresentadas pela Fundação.

2. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório Técnico consolida as ações executadas pela Jurupará Socioambiental, entre março e junho de 2026, no âmbito do Programa de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT e do Programa de Comunicação Social Indígena, vinculados aos serviços de manutenção e conservação da Rodovia MT-322.

A execução dos programas foi iniciada após a emissão da Ordem de Serviço nº 00031/2026/SCOLA/SINFRA, em 6 de março de 2026. Nesse contexto, março correspondeu à etapa de implantação, abrangendo a elaboração e o protocolo do Plano de Trabalho, a mobilização da equipe técnica, a organização documental, os alinhamentos institucionais e o reconhecimento das condições territoriais, logísticas e operacionais do empreendimento.

Os meses de abril, maio e junho constituíram o primeiro trimestre operacional. Nesse período, as ações avançaram da estruturação técnica e institucional para a execução de atividades educativas junto aos trabalhadores, a produção e disponibilização de materiais, a implantação do canal institucional de comunicação e o fortalecimento da interlocução com unidades da FUNAI, organizações indígenas e demais instituições envolvidas.

A execução foi orientada pelas diretrizes da RTG nº 13722169925 e pela primeira versão do Plano de Trabalho, considerando as condições efetivamente verificadas nas frentes de serviço. A equipe técnica adequou o planejamento à mobilização dos trabalhadores, às condições de acesso ao trecho e aos fluxos institucionais necessários ao desenvolvimento do Programa de Comunicação Social Indígena, preservando os objetivos e a continuidade das ações previstas.

Durante o período, a FUNAI solicitou ajustes e complementações no Plano de Trabalho, especialmente quanto à abrangência territorial dos programas, ao detalhamento das atividades, à interlocução com as Coordenações Regionais e aos procedimentos aplicáveis a eventual ingresso em Terra Indígena. Em atendimento às orientações recebidas, a Jurupará Socioambiental revisou o documento, incorporando maior detalhamento metodológico, operacional e de monitoramento. A versão ajustada integra os anexos deste relatório e passa a orientar a execução a partir de julho de 2026.

A condução do período demonstrou capacidade técnica para integrar educação ambiental, segurança do trabalho, comunicação social e abordagem intercultural, adaptando as estratégias às condições observadas sem descaracterizar as finalidades dos programas. As ações foram registradas por meio de relatórios, listas de presença, registros fotográficos, materiais produzidos, atas, comunicações institucionais e instrumentos de acompanhamento.

Este relatório apresenta os resultados alcançados, os indicadores consolidados, a correspondência entre o planejamento e a execução, as medidas de adequação adotadas e os respectivos meios de verificação, assegurando transparência e rastreabilidade às ações desenvolvidas.

3. OBJETIVO DO RELATÓRIO

O presente relatório tem como objetivo apresentar e analisar a execução dos Programas de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT e de Comunicação Social Indígena, no período de março a junho de 2026, demonstrando a correspondência entre as diretrizes da RTG nº 13722169925, o planejamento vigente no período e as atividades desenvolvidas pela Jurupará Socioambiental.

Especificamente, o relatório busca:

- sistematizar as ações técnicas, educativas, institucionais e operacionais realizadas;
- apresentar os resultados e os indicadores alcançados em cada programa;
- registrar as atividades de mobilização, planejamento e articulação necessárias à implantação dos programas;
- demonstrar a relação entre as ações previstas e aquelas efetivamente executadas;
- analisar as adequações realizadas em função das condições operacionais e institucionais verificadas;
- demonstrar a mobilização e a atuação técnica da equipe no período;
- apresentar as providências adotadas em atendimento às solicitações de ajustes e complementações formuladas pela FUNAI;
- registrar os procedimentos relacionados à interlocução institucional e à eventual realização de atividades em Terra Indígena;
- apresentar os encaminhamentos definidos para o período subsequente;
- reunir os documentos e meios de verificação que comprovam a execução dos programas.

O relatório também subsidia o acompanhamento da SINFRA-MT, do Consórcio Supervisão Via Nova e da FUNAI, assegurando transparência, rastreabilidade e adequada avaliação das ações socioambientais vinculadas à manutenção e conservação da Rodovia MT-322.

4. PERÍODO DE REFERÊNCIA E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

4.1 Período de referência

O presente relatório abrange as atividades desenvolvidas entre março e junho de 2026. Para fins de análise, o período foi organizado em duas etapas complementares:

- **Março de 2026 – implantação dos programas:** elaboração e protocolo do Plano de Trabalho, mobilização da equipe técnica, organização documental, alinhamentos institucionais e reconhecimento das condições territoriais, logísticas e operacionais;
- **Abril a junho de 2026 – primeiro trimestre operacional:** desenvolvimento das ações do PEAT e do Programa de Comunicação Social Indígena, conforme o planejamento vigente e as condições verificadas durante a execução.

Essa organização considera que a Ordem de Serviço nº 00031/2026/SCOLA/SINFRA foi emitida em 6 de março de 2026. Assim, março correspondeu à etapa inicial de estruturação e mobilização, necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais nos meses subsequentes. A avaliação das ações realizadas entre março e junho toma como referência a RTG nº 13722169925 e a primeira versão do Plano de Trabalho, instrumentos vigentes durante o período. A versão ajustada, elaborada em atendimento às orientações da FUNAI, passa a orientar a execução a partir de julho de 2026.

4.2 Referências utilizadas na avaliação

A análise da execução considerou:

1. as diretrizes, os objetivos, as metas e os indicadores estabelecidos na RTG nº 13722169925;
2. as atividades e o cronograma previstos na primeira versão do Plano de Trabalho;
3. a Ordem de Serviço nº 00031/2026/SCOLA/SINFRA;
4. os relatórios mensais de março, abril, maio e junho de 2026;
5. as orientações e solicitações de complementação emitidas pela FUNAI;
6. os registros de mobilização, planejamento e articulação institucional;
7. as condições operacionais verificadas no canteiro e nas frentes de serviço;
8. as listas de presença, registros fotográficos, atas, materiais produzidos, comunicações institucionais, protocolos e controles de atendimento;
9. os resultados quantitativos e qualitativos registrados em cada programa.

4.3 Critérios de avaliação

A avaliação considera a natureza de cada atividade, sua aplicação no período, as condições necessárias à realização e os respectivos meios de verificação.

Quadro 2 – Critérios de avaliação das atividades.

CLASSIFICAÇÃO	CRITÉRIO
Realizada	Atividade concluída no período, com resultado e meio de verificação disponível.
Em andamento	Atividade de caráter contínuo ou cuja meta se distribui ao longo da vigência dos programas.
Parcialmente realizada	Atividade desenvolvida em quantidade inferior à prevista para o período, com registro das ações efetuadas.
Atividade de implantação	Ação de mobilização, planejamento, articulação, organização documental ou preparação técnica necessária à execução dos programas.
Condicionada às condições operacionais	Atividade dependente da mobilização dos trabalhadores, do funcionamento das frentes de serviço ou das condições de acesso.
Condicionada à articulação institucional	Atividade dependente de interlocução, pactuação, manifestação institucional ou definição conjunta com as organizações indígenas.
Prevista para período subsequente	Atividade programada para etapa posterior, conforme o cronograma vigente ou o Plano de Trabalho ajustado.
Não aplicável ao período	Ação sem previsão de execução na etapa analisada ou dependente de condição ainda não configurada.

As atividades de implantação serão consideradas parte da execução, desde que diretamente relacionadas aos programas e acompanhadas de documentação comprobatória. A análise não se limitará à quantidade de ações presenciais, abrangendo também os processos técnicos e institucionais necessários à implementação regular do PEAT e do Programa de Comunicação Social Indígena. Os percentuais apresentados serão calculados em relação às metas aplicáveis ao período ou, quando se tratar de meta anual, identificados expressamente como avanço acumulado, evitando interpretações incompatíveis com o estágio de execução dos programas.

5. REFERÊNCIAS TÉCNICAS E INSTITUCIONAIS

5.1 Instrumentos de referência

Esta consolidação toma como referência a RTG nº 13722169925, a primeira versão do Plano de Trabalho, a Ordem de Serviço nº 00031/2026/SCOLA/SINFRA, os relatórios mensais do período, as orientações e solicitações de complementação emitidas pela FUNAI e os respectivos meios de verificação.

5.2 Diretrizes técnicas e normativas consideradas

A análise observa o escopo de manutenção e conservação da MT-322, a proteção dos direitos e das particularidades socioculturais dos povos indígenas, a prevenção de riscos e impactos socioambientais, a segurança dos trabalhadores, a comunicação institucional e a rastreabilidade das ações. As atividades em Terra Indígena dependem de definição prévia do objeto, interlocução com as organizações representativas e autorização da FUNAI.

6. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS

A implantação dos Programas de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT e de Comunicação Social Indígena teve início em março de 2026, após a emissão da Ordem de Serviço nº 00031/2026/SCOLA/SINFRA. A etapa inicial compreendeu a organização das condições técnicas, documentais, institucionais e logísticas necessárias à execução das ações vinculadas à manutenção e conservação da Rodovia MT-322.

No primeiro mês, as atividades concentraram-se na elaboração, consolidação e protocolo do Plano de Trabalho, na mobilização da equipe técnica, na definição das atribuições profissionais e na organização dos documentos aplicáveis à atuação na área de influência indígena. Também foram realizados alinhamentos com o Consórcio Supervisão Via Nova, com a empresa responsável pelas frentes operacionais e com unidades da FUNAI.

Paralelamente, a equipe realizou o reconhecimento inicial das condições territoriais e operacionais do empreendimento, abrangendo os acessos, as distâncias entre os pontos de apoio e as frentes de serviço, as estruturas disponíveis, o canteiro de obras e a mobilização dos trabalhadores. As informações levantadas subsidiaram a adequação do planejamento à dinâmica efetivamente encontrada em campo.

Durante março e parte de abril, o período chuvoso e a mobilização gradual das frentes de serviço influenciaram a presença de trabalhadores no canteiro e a frequência das atividades educativas. Diante desse contexto, a equipe manteve o acompanhamento operacional, as articulações institucionais, a preparação dos instrumentos de monitoramento e a produção de conteúdo. Ainda nessa etapa de transição, foram iniciadas ações presenciais de capacitação e sensibilização, com abordagem de respeito aos povos indígenas, gestão de resíduos e prevenção de conflitos socioculturais.

Com a ampliação das atividades operacionais, foram realizadas integração de trabalhadores, palestras, Diálogos Semanais de Segurança e rodas de conversa com abordagem antropológica e intercultural. Também foram produzidos e disponibilizados materiais educativos e realizadas observações das condições existentes no canteiro. Os conteúdos abordaram segurança do trabalho, gestão de resíduos, tráfego de máquinas, procedimentos de abastecimento, uso de EPI e EPC, sinalização e condutas adequadas em áreas de influência indígena.

No Programa de Comunicação Social Indígena, a fase inicial compreendeu o mapeamento das instituições, organizações, aldeias e lideranças relacionadas ao empreendimento, o estabelecimento de interlocução com unidades da FUNAI e organizações indígenas, a implantação do canal institucional e a elaboração do primeiro boletim informativo. O processo incluiu uma agenda pontual na Aldeia Piaraçu, realizada a convite do cacique Megaron e das lideranças locais, com participação de representantes da ENPA e da Jurupará, para esclarecimentos sobre os serviços de manutenção da rodovia.

A RTG não estabeleceu expressamente a obrigatoriedade de atividades no interior das Terras Indígenas. A agenda pontual realizada na Aldeia Piaraçu não configurou programação continuada de ações nas aldeias. As demais atividades concentraram-se nos espaços operacionais da obra e nos processos de relacionamento institucional.

A implantação dos programas ocorreu, portanto, de forma progressiva. A equipe integrou conhecimentos de educação ambiental, segurança do trabalho, comunicação social e abordagem intercultural para adequar as estratégias às condições observadas, manter a continuidade da execução e assegurar a documentação dos resultados. O período avançou da estruturação técnica e institucional para a realização das atividades presenciais junto aos trabalhadores e para a operação inicial dos mecanismos de comunicação previstos.

7. ALTERAÇÕES E AJUSTES DO PLANO DE TRABALHO

A primeira versão do Plano de Trabalho foi elaborada e protocolada em março de 2026 como instrumento orientador da execução dos Programas de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT e de Comunicação Social Indígena. O documento apresentou a metodologia, o cronograma, as metas, os indicadores, os meios de verificação e a composição da equipe técnica prevista para o desenvolvimento das ações.

Essa versão orientou as atividades realizadas entre março e junho de 2026. Durante o acompanhamento do processo, a FUNAI solicitou esclarecimentos e complementações quanto à abrangência territorial dos programas, à dinâmica operacional das ações e aos procedimentos relacionados a eventual ingresso em Terra Indígena.

7.1 Solicitações de complementação

Por meio do Ofício nº 1282/2026/Digat/FUNAI, a Fundação observou que o expediente de encaminhamento mencionava a intenção de ingresso na Terra Indígena Capoto/Jarina e relacionava atividades de comunicação, sensibilização e contato com lideranças. Entretanto, o Plano de Trabalho não especificava quais ações seriam realizadas no interior da Terra Indígena nem detalhava sua dinâmica operacional.

Diante disso, foram solicitados:

- esclarecimento das atividades eventualmente previstas em Terra Indígena;
- indicação dos locais, participantes, quantidade de reuniões e dinâmica operacional, caso houvesse previsão de ingresso;
- inclusão expressa do Território Indígena do Xingu na abrangência do planejamento;
- interlocução com a Coordenação Regional do Xingu e a Coordenação Regional Norte do Mato Grosso;
- interlocução com as organizações indígenas representativas;
- pactuação prévia do cronograma e da forma de execução de eventual atividade em Terra Indígena;
- complementação da documentação da equipe técnica;

- apresentação dos documentos pessoais, Termos de Compromisso Individual, comprovantes de vacinação e atestados médicos de ausência de doença infectocontagiosa;
- protocolo dos documentos pessoais e de saúde em expediente específico e de acesso restrito, em observância à legislação de proteção de dados pessoais.

As solicitações tiveram como finalidade compatibilizar o pedido de ingresso apresentado no expediente inicial com o conteúdo do Plano de Trabalho e assegurar que qualquer atividade em Terra Indígena, caso definida como necessária, fosse previamente detalhada, pactuada e autorizada.

7.2 Adequações realizadas

Em atendimento às orientações da FUNAI, a Jurupará Socioambiental revisou e reorganizou o Plano de Trabalho, incorporando:

- delimitação mais precisa da área de abrangência dos programas;
- inclusão expressa da Terra Indígena Capoto/Jarina e do Território Indígena do Xingu;
- esclarecimento dos espaços e públicos prioritários de execução;
- diferenciação entre ações realizadas nas frentes de serviço, articulações institucionais e eventuais atividades condicionadas a ingresso;
- detalhamento metodológico das atividades de cada programa;
- estruturação dos processos de articulação e relacionamento institucional;
- definição dos mecanismos de comunicação e atendimento;
- procedimentos para registro, encaminhamento e acompanhamento das manifestações;
- organização das ações de produção e divulgação de informações;
- revisão das atividades educativas do PEAT;
- atualização das metas, dos indicadores e dos meios de verificação;
- aprimoramento dos procedimentos de monitoramento, avaliação e elaboração de relatórios;
- adequação do cronograma às condições operacionais e institucionais observadas.

A revisão também incorporou os aprendizados dos primeiros meses de execução, especialmente quanto à mobilização dos trabalhadores, às condições logísticas do trecho, à definição dos fluxos de comunicação e à necessidade de alinhamento prévio com as instituições envolvidas.

O processo demonstrou a capacidade da equipe técnica de analisar as orientações recebidas, revisar os instrumentos de planejamento e adequar os procedimentos de execução sem alterar as finalidades estabelecidas para os programas.

7.3 Documentação complementar da equipe

Os Termos de Compromisso Individual e os comprovantes de vacinação foram organizados no processo inicial de mobilização. Em atendimento à solicitação da FUNAI, também foram providenciados o atestado de Não POSSUIR DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS e os demais documentos necessários à instrução de eventual pedido de ingresso em Terra Indígena.

Por conterem dados pessoais e informações de saúde, esses documentos serão encaminhados em expediente específico e de acesso restrito. Nos anexos deste relatório constará apenas o comprovante de seu encaminhamento institucional, preservando-se as informações pessoais e sanitárias da equipe.

7.4 Aplicação do Plano de Trabalho ajustado

A versão ajustada do Plano de Trabalho, concluída em julho de 2026, integra os anexos deste relatório e passa a orientar a execução dos programas a partir desse período.

A análise das atividades realizadas entre março e junho permanece fundamentada na RTG nº 13722169925 e na primeira versão do Plano de Trabalho, instrumentos que orientaram a execução naquele intervalo. As adequações posteriores são apresentadas como resultado do acompanhamento técnico e da incorporação das orientações emitidas pela FUNAI.

8. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DA OBRA – PEAT

Objetivo Geral

Promover a capacitação e a sensibilização dos trabalhadores envolvidos na manutenção e conservação da Rodovia MT-322, assegurando que suas atividades sejam conduzidas de forma responsável, segura e respeitosa, em conformidade com a legislação socioambiental e com os direitos e as particularidades culturais dos povos indígenas da região.

Especificamente, o PEAT busca:

- orientar os trabalhadores sobre normas de conduta e boas práticas no contato com indígenas;
- assegurar o conhecimento e a observância da legislação socioambiental e indígena aplicável;
- prevenir conflitos socioculturais;
- fortalecer a responsabilidade socioambiental dos trabalhadores;
- reduzir riscos e impactos ambientais, sociais e de segurança;
- manter ações educativas continuadas;
- acompanhar a aplicação das orientações por meio de indicadores e registros de execução.

8.1 Síntese da execução do PEAT no período

A execução do Programa de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT, entre março e junho de 2026, compreendeu a implantação do programa, o reconhecimento das condições operacionais, a integração dos trabalhadores, a realização de palestras, Diálogos Semanais de Segurança e rodas de conversa, além da produção de materiais educativos e do acompanhamento das ações.

O quadro a seguir relaciona as atividades estabelecidas na RTG nº 13722169925 com sua correspondente operacionalização na primeira versão do Plano de Trabalho. Também apresenta as quantidades previstas para a vigência, os resultados acumulados até junho, o status de execução e os comentários necessários à compreensão de cada atividade.

As ações com metas distribuídas ao longo da vigência são classificadas como “em execução”. As atividades de caráter permanente, como monitoramento, supervisão e elaboração de relatórios, são avaliadas conforme sua realização no período. Nos indicadores que dependem de conferência nominal ou classificação dos produtos, o resultado é apresentado sem cálculo percentual, evitando dupla contagem ou interpretação imprecisa.

Quadro 3 – Status de execução do PEAT até junho de 2026.

PREVISÃO DA RTG Nº 13722169925	REFERÊNCIA NA PRIMEIRA VERSÃO DO PLANO DE TRABALHO	QUANTIDADE PREVISTA	RESULTADO ATÉ JUNHO DE 2026	STATUS	COMENTÁRIO OU JUSTIFICATIVA
“Mobilização da Equipe Técnica”	“Construção e apresentação do Plano de Trabalho, mobilização da equipe e entrada no território”	1 etapa	1 etapa	Concluída	Plano elaborado e protocolado, equipe mobilizada e reconhecimento logístico e operacional realizado. A agenda pontual na Aldeia Piraçu foi registrada separadamente nas ações executadas em abril.
“Integração com todos os colaboradores”	OE1.1 – Realização de palestras ou oficinas de capacitação	100% dos trabalhadores mobilizados	Cobertura em apuração	Em execução	Foram realizadas ações de integração. O percentual depende da comparação entre as listas de presença e o efetivo nominal, considerando admissões, desligamentos e rotatividade dos trabalhadores.
“Criar mecanismos de monitoramento e avaliação do PEAT”	Supervisão contínua em campo e avaliação da efetividade das ações socioambientais	Atividade contínua	Mecanismos implantados	Em execução contínua	O acompanhamento utiliza relatórios, listas, fotografias, materiais produzidos, registros de campo e consolidação de indicadores.
“Palestra – Preservação do Meio Ambiente”	OE1.1 – Palestras e oficinas sobre legislação ambiental, gestão de resíduos e biodiversidade	Integrada à meta geral de 6 palestras ou oficinas	Conteúdo abordado	Em execução	Gestão de resíduos, prevenção de impactos e responsabilidade ambiental foram trabalhadas em capacitações, DSS e materiais educativos.
“Palestra – Segurança e Saúde no Trabalho”	OE1.1 – Palestras e oficinas sobre segurança do trabalho	Integrada à meta geral de 6 palestras ou oficinas	Conteúdo abordado	Em execução	Foram tratados EPI, EPC, sinalização, tráfego de máquinas, abastecimento e prevenção de acidentes.
“Palestra – Respeito às Comunidades Indígenas”	OE1.3 – Rodas de conversa e reuniões com enfoque antropológico	Integrada à meta de 4 rodas de conversa	Conteúdo abordado em 2 rodas de conversa	Em execução	Foram trabalhadas normas de conduta, comunicação, registro de imagens, ingresso não autorizado e respeito às formas de organização indígena.

PREVISÃO DA RTG Nº 13722169925	REFERÊNCIA NA PRIMEIRA VERSÃO DO PLANO DE TRABALHO	QUANTIDADE PREVISTA	RESULTADO ATÉ JUNHO DE 2026	STATUS	COMENTÁRIO OU JUSTIFICATIVA
Realização de palestras expositivas	OE1.1 – Realização de palestras ou oficinas de capacitação	6	2	Em execução	A meta está distribuída durante a vigência.
“Realização de Diálogos Semanais de Segurança”	OE1.2 – Realização de Diálogos Semanais de Segurança – DSS	24	8 ações registradas sob a atividade OE1.2	Em execução	Duas ações de março tiveram caráter preparatório e de implantação, diante da baixa mobilização do efetivo; seis DSS presenciais foram realizados entre abril e junho. Todos os registros devem permanecer vinculados a tema, data, lista de presença, fotografias e descrição da atividade.
“Elaboração dos materiais didáticos”	OE1.4 – Produção de materiais didáticos para colaboradores da obra	24 cards e 60 materiais gráficos	18 conjuntos/peças temáticas	Em execução	As peças precisam ser classificadas por formato antes da apuração do percentual de cada meta.
“Acompanhamento em campo, supervisão direta durante as atividades da obra”	Supervisão contínua em campo	Atividade contínua	Realizado nas visitas técnicas	Em execução contínua	As visitas subsidiaram a identificação de riscos, a definição de temas e o acompanhamento das condições do canteiro.
“Aplicação de avaliações periódicas e opiniões individuais”	Avaliações periódicas das ações socioambientais	Atividade contínua	Percepções e dúvidas coletadas durante as atividades	Parcialmente executada	Houve avaliação dialogada, mas não foi comprovada a aplicação de instrumento padronizado. O Plano ajustado deverá orientar sua padronização.
“Monitoramento de ocorrências e medidas corretivas”	Monitoramento e avaliação do PEAT	Atividade contínua	Sem ocorrência formal registrada	Monitorada	Situações relatadas subsidiaram orientações. Não foram apresentados registros de advertências ou medidas disciplinares no período.
Estabelecer canal contínuo de comunicação e orientação aos trabalhadores	Compartilhamento de materiais e orientações nos grupos operacionais	Atividade contínua	Materiais compartilhados em grupos operacionais	Em execução	Deve ser apresentado registro dos compartilhamentos. Esse mecanismo não se confunde com o canal do Programa de Comunicação Social Indígena.
“Relatórios mensais com os indicadores”	OE1.5 – Elaboração de relatórios de acompanhamento	12	4	Executado para o período	Foram elaborados os relatórios de março, abril, maio e junho de 2026.
“Relatórios trimestrais compilados”	Elaboração de relatórios trimestrais	4	1	Executado para o período	O presente relatório constitui a primeira consolidação do período.

Fonte: Jurupará Socioambiental, com base na RTG nº 13722169925, na primeira versão do Plano de Trabalho e nos Relatórios Mensais de março a junho de 2026.

8.2 Ações previstas

Para o período de implantação e início da execução, o PEAT compreendeu:

- mobilização da equipe técnica e implantação do programa;
- integração e sensibilização dos trabalhadores;
- realização de palestras e oficinas temáticas;
- condução de Diálogos Semanais de Segurança – DSS;
- realização de rodas de conversa com abordagem antropológica e intercultural;
- elaboração e disponibilização de materiais educativos;
- acompanhamento das condições operacionais;
- monitoramento das atividades e dos resultados;
- elaboração dos relatórios mensais e trimestral.

As metas quantitativas previstas possuem distribuição ao longo da vigência dos programas. Assim, os resultados apresentados neste relatório correspondem ao avanço acumulado até junho de 2026.

8.3 Metodologia utilizada

A metodologia adotada foi participativa, contextualizada e orientada pelos riscos relacionados às atividades de manutenção rodoviária. Sua aplicação articulou conteúdos técnicos e socioambientais com situações observadas no cotidiano dos trabalhadores.

A preparação de cada atividade partiu do reconhecimento das condições operacionais, da identificação dos riscos, dos relatos das equipes e das orientações aplicáveis à atuação em área de influência indígena. Com base nessas informações, foram definidos os temas, os recursos educativos e a forma de abordagem.

Durante as ações, foram utilizadas exposição dialogada, perguntas orientadoras, apresentação de situações práticas, relatos de experiências e esclarecimento de dúvidas. Ao final, os principais conteúdos eram retomados, reforçando as responsabilidades individuais e coletivas relacionadas à segurança, à prevenção de impactos e às condutas esperadas. As etapas metodológicas estão sistematizadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Etapas metodológicas de execução do PEAT

ETAPA	PROCEDIMENTO ADOTADO
Levantamento do contexto operacional	Reconhecimento do canteiro e das frentes de serviço, identificação das atividades em andamento, do efetivo mobilizado e das situações de risco
Definição dos conteúdos	Seleção dos temas conforme os riscos observados, as necessidades apresentadas e as diretrizes do programa
Preparação dos recursos educativos	Elaboração de apresentações, cartazes, cards e conteúdos visuais adaptados à rotina das equipes
Realização das ações	Desenvolvimento de integrações, palestras, DSS e rodas de conversa por meio de exposição dialogada e situações práticas
Participação dos trabalhadores	Estímulo ao relato de experiências, à identificação de riscos, à apresentação de dúvidas e à análise coletiva das condutas
Síntese e orientação	Retomada dos principais conteúdos e reforço das responsabilidades individuais e coletivas
Reforço das mensagens	Instalação de materiais nos espaços operacionais e compartilhamento de conteúdos digitais
Registro e acompanhamento	Utilização de listas de presença, registros fotográficos, materiais produzidos, relatórios e observações de campo

Fonte: Jurupará Socioambiental, com base na RTG nº 13722169925 e no Plano de Trabalho vigente no período (2026).

A abordagem integrou segurança do trabalho, educação ambiental e orientação sociocultural. Dessa forma, temas como sinalização, resíduos, circulação de máquinas, abastecimento e uso de equipamentos de proteção foram relacionados às responsabilidades socioambientais dos trabalhadores e às particularidades da atuação em área de influência indígena. A metodologia também foi ajustada à disponibilidade do efetivo e à dinâmica das frentes de serviço. Essa adaptação permitiu direcionar os conteúdos às situações efetivamente identificadas e manter a continuidade do programa.

8.4 - OE1.1 - Realização de palestras ou oficinas de capacitação.

No período de abril e maio de 2026, foram realizadas 2 ações de capacitação vinculadas ao OE1.1, totalizando 21 registros de participação. A primeira ocorreu em abril, no Distrito de União do Norte, com 4 colaboradores da ENPA, e abordou as diferenças entre os termos “índio”, “indígena”, “ameríndio” e “povos originários”, promovendo reflexão sobre diversidade cultural, respeito aos povos indígenas e comunicação responsável na área de influência da MT-322.

Em 20 de maio, foi realizada a Integração PEAT – Segurança, Responsabilidade e Respeito no Território, com duração de 2h30 e participação de 17 trabalhadores. A capacitação reuniu orientações sobre uso de EPI e EPC, sinalização, circulação de máquinas, emergências, prevenção de acidentes,

responsabilidade socioambiental, gestão de resíduos, preservação da fauna e da flora, conduta profissional e relacionamento respeitoso com comunidades indígenas. Ao final, os 17 participantes formalizaram ciência e compromisso mediante assinatura do Termo de Compromisso Individual e do Termo de Ciência e Aceite. Segue abaixo a relação de colaboradores que participaram da Integração com base em lista entregue pela empresa ENPA no período.

Quadro 5 - Colaboradores ENPA participantes da 1ª Integração:

	NOME	FUNÇÃO	OBSERVAÇÃO	STATUS DE PARTICIPAÇÃO
1	ANDERSON DE ARAUJO DIAS	TÉCNICO DE SEGURANÇA	CLT	
2	ANDRE GALDINO DO NASCIMENTO	AJUDANTE	CLT	✓
3	ANTONIO ROBERTO SOARES FILHO	AJUDANTE	CLT	
4	ANTONIO ROBERTO SOARES SILVA	AJUDANTE	CLT	✓
5	CAIO LIMA BARROS DE SOUSA	AUX. ADMINISTRATIVO I	CLT	
6	CARLOS MAGNO ANDRADE SOARES	ELETRICISTA VEICULAR	CLT	
7	CELIO ACHERMANN	OP. ROLO RYSTER I	CLT	✓
8	CESAR AUGUSTO MORAES DE PADUA	ENC. ADMINISTRATIVO	PJ	
9	EDILSON PEDRO DA SILVA	MOTORISTA II	CLT	
10	EVERALDO	MOTORISTA		✓
11	FERNANDO MIRANDA	GERENTE DE PRODUÇÃO	PJ	
12	GABRIEL AGNES FERNANDES SILVA	AJUDANTE	CLT	
13	HELEODORO PEREIRA CRUZ JUNIOR	LUBRIFICADOR I	CLT	
14	HELTON GONÇALVES	ENCARREGADO		✓
15	JACKSON PEREIRA DE MAGALHÃES	MOTORISTA II	CLT	
16	JAIRO DA SILVA GAMA	OP. ROLO CORRUGADO	CLT	✓
17	JOÃO PEDRO ALVES DE LIMA	APONTADOR II	CLT	✓
18	JOAQUIM FERREIRA DA SILVA	OP. MOTONIVELADORA III	CLT	✓
19	JOEL MÁRIO FILHO	VIGIA NOTURNO	CLT	✓
20	JOSÉ CLASSICLEI MORAES	AJUDANTE	CLT	✓
21	JOSIANE BATISTA DIAS	ENC. TERRAPLENAGEM	PJ	✓
22	JOSÉ SOUZA SOARES	OP. TRATOR	CLT	✓
23	LUCAS TADEU ARCANJO DE ARAUJO	AJUDANTE	CLT	✓

24	MANASSEIS ALVES CHAVES	MOTORISTA II	CLT	
25	MATHEUS RAMOS DE ARAUJO	APONTADOR II	CLT	✓
26	ODÁLIO MIGUEL DO NASCIMENTO FILHO	OP. MOTONIVELADORA II	CLT	
27	OTNIEL DE SOUZA MAGNO	AJUDANTE/VIGIA	CLT	
28	SIEGMAR COLLING	ENC. TERRAPLENAGEM	PJ	
29	THIAGO DOUGLAS	MECÂNICO		✓
30	WESLEN PEREIRA DOS SANTOS	OP. ROLO CORRUGADO	CLT	✓
31	WEVERTON PEREIRA DOS SANTOS	OP. ESCAVADEIRA I	CLT	✓

Qualitativamente, as ações permitiram avançar de uma sensibilização inicial, realizada ainda durante a mobilização das equipes, para uma integração estruturada dos trabalhadores. Esse processo fortaleceu o alinhamento de condutas, a compreensão das responsabilidades individuais e coletivas e a prevenção de riscos operacionais, ambientais e socioculturais.

8.5 - OE1.2 - Condução de Diálogos Semanais de Segurança (DSS) junto às equipes operacionais.

Entre março e junho de 2026, foram registradas 8 ações vinculadas ao OE1.2, com 85 participações acumuladas. Em março, 2 ações preparatórias, envolvendo 6 participantes, foram destinadas ao alinhamento técnico com a ENPA, ao reconhecimento logístico e operacional do canteiro e à aproximação inicial com os trabalhadores. Em razão do período chuvoso e da mobilização reduzida, essas ações subsidiaram os DSS posteriores, mas não alcançaram a abrangência inicialmente prevista.

Entre abril e junho, foram realizadas 6 ações presenciais. Em abril, os registros incluem uma agenda de diálogo na Aldeia Piaraçu, com 8 participantes, e uma atividade no canteiro sobre gestão de resíduos, com 7 trabalhadores. Em maio, ocorreram dois DSS: gestão de resíduos, com 12 participantes, e segurança no tráfego de máquinas e abastecimento, com 15. Em junho, foram conduzidos os DSS sobre EPI e EPC, com 20 participantes, e sinalização das obras, com 17. Assim, as 6 ações presenciais contabilizaram 79 participações, que, somadas às 6 da etapa preparatória, resultam nas 85 participações vinculadas ao objetivo.

As atividades adotaram exposição dialogada, exemplos práticos, observação de campo e espaço para dúvidas e relatos dos trabalhadores. Qualitativamente, contribuíram para relacionar as orientações à realidade da rodovia não pavimentada, reforçando descarte adequado de resíduos, comunicação entre operadores e equipes de apoio, atenção aos pontos cegos, procedimentos seguros de abastecimento, uso e conservação de EPI e EPC e implantação da sinalização antes do início dos serviços. Os números

representam participações acumuladas, pois um mesmo trabalhador pode ter participado de mais de um encontro.

8.6 - OE1.3 - Promover rodas de conversa e encontros de sensibilização com abordagem antropológica.

No período de abril a junho de 2026, foram realizadas 2 ações vinculadas ao OE1.3, totalizando 24 registros de participação. A primeira ocorreu em abril, na sede do Instituto Raoni, com 4 participantes, e promoveu diálogo entre a Jurupará Socioambiental e representantes da organização sobre comunicação intercultural, protocolos próprios de consulta, governança territorial, participação de comunicadores indígenas e formas adequadas de relacionamento institucional. A segunda foi realizada em 17 de junho, no canteiro de obras da ENPA, com 20 trabalhadores, tendo como tema Normas e Condutas em Áreas Indígenas.

Na atividade com os trabalhadores, foram abordadas orientações sobre ingresso em aldeias, respeito às lideranças e às formas próprias de organização, registro e divulgação de imagens, comunicação adequada, destinação de resíduos e preservação dos recursos naturais e culturais. Também foram discutidas condutas proibidas e o procedimento de comunicação imediata ao encarregado e à equipe responsável quando houver contato com indígenas ou situações envolvendo áreas restritas.

Qualitativamente, as rodas de conversa ampliaram a compreensão da equipe técnica e dos trabalhadores sobre as especificidades socioculturais do território e contribuíram para prevenir conflitos, exposições indevidas e comportamentos incompatíveis com as orientações da FUNAI. O total de 24 corresponde a participações registradas nas duas ações e não deve ser interpretado como número de pessoas únicas alcançadas ao longo do trimestre.

8.7 - OE1.4 - Elaborar e disponibilizar materiais informativos e educativos. CARDS e Cartazes

A execução do OE1.4 começou, em março, com a estruturação de conteúdos organizados em 10 eixos temáticos relacionados à segurança no tráfego de máquinas, EPI, sinalização, ruído, ergonomia, resíduos, contaminação por combustíveis, prevenção de incêndios, percepção de risco e comunicação operacional. Essa etapa teve caráter preparatório e subsidiou o desenvolvimento gráfico realizado nos meses seguintes.

Entre abril e junho, foram concluídos 18 conjuntos ou peças educativas: 2 conjuntos em abril, sobre terminologias relacionadas aos povos indígenas e gestão de resíduos; 8 peças em maio, voltadas à limpeza e organização do canteiro, responsabilidade ambiental, respeito ao território indígena, tráfego

de máquinas e abastecimento seguro; e 8 peças em junho, sobre EPI, EPC, sinalização, segurança, comunicação e condutas em áreas indígenas. Os materiais foram disponibilizados por meio de cartazes instalados no alojamento e no escritório operacional da ENPA e por compartilhamentos digitais via WhatsApp. Em junho, o relatório registrou alcance direto de 18 trabalhadores; nos demais meses, não foi mensurado um público único para os materiais.

Qualitativamente, a combinação de suporte impresso e digital ampliou a permanência dos conteúdos para além das atividades presenciais e permitiu reforçar orientações vinculadas a riscos efetivamente observados na manutenção da rodovia. Os registros fotográficos e as capturas de tela documentaram a instalação e os compartilhamentos. Como necessidade de continuidade, foi identificada a substituição periódica de cartazes expostos à poeira e à umidade e a atualização dos temas conforme a evolução das frentes de serviço.

9. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL INDÍGENA

Objetivo Geral

Estabelecer um canal contínuo, transparente e respeitoso de comunicação entre os responsáveis pelos serviços de manutenção e conservação da Rodovia MT-322 e os povos indígenas situados na área de influência, assegurando acesso às informações, possibilidade de manifestação e acompanhamento das demandas apresentadas.

Especificamente, o programa busca:

- informar os povos indígenas sobre o andamento e as etapas dos serviços;
- disponibilizar mecanismo para recebimento de dúvidas, preocupações, sugestões e reclamações;
- produzir e disponibilizar materiais informativos acessíveis;
- considerar a língua materna e as formas de comunicação das comunidades;
- registrar e acompanhar as manifestações recebidas;
- documentar as interações, respostas e encaminhamentos;
- contribuir para a prevenção e a minimização de impactos socioculturais;
- fortalecer o diálogo e a relação de respeito entre as partes envolvidas.

9.1 Síntese da execução do Programa de Comunicação Social Indígena no período

A execução do Programa de Comunicação Social Indígena concentrou-se na estruturação dos fluxos institucionais, no mapeamento dos interlocutores, na articulação com unidades da FUNAI e organizações indígenas, na implantação do canal de atendimento, no registro da manifestação recebida e na elaboração do primeiro boletim informativo. O período também incluiu a agenda pontual realizada na Aldeia Piaraçu para esclarecimentos sobre os serviços de manutenção e apresentação dos programas.

O quadro a seguir apresenta a correspondência entre as ações previstas na RTG nº 13722169925 e sua operacionalização na primeira versão do Plano de Trabalho, indicando as metas para a vigência, os resultados acumulados até junho, o status de execução e os respectivos comentários.

A avaliação diferencia a elaboração de materiais de sua efetiva divulgação, assim como a implantação do canal de atendimento das manifestações recebidas. As ações que dependem da definição dos públicos, das línguas e dos procedimentos de validação com as organizações indígenas são identificadas de forma específica. As articulações institucionais são consideradas ações continuadas de suporte à implementação do programa e são comprovadas por atas, e-mails, solicitações de agenda e registros de reunião.

Quadro 6 – Status de execução do Programa de Comunicação Social Indígena até junho de 2026.

PREVISÃO DA RTG Nº 13722169925	REFERÊNCIA NA PRIMEIRA VERSÃO DO PLANO DE TRABALHO	QUANTIDADE PREVISTA	RESULTADO ATÉ JUNHO DE 2026	STATUS	COMENTÁRIO OU JUSTIFICATIVA
“Elaborar e distribuir materiais informativos”	OE2.2 – Produção de boletins informativos para as comunidades	4 boletins	1 boletim elaborado; distribuição não comprovada	Parcialmente executada	A Edição nº 01 foi elaborada, mas precisa ser corrigida e validada pela SINFRA-MT. Não foram apresentados registros de distribuição.
Elaborar materiais informativos em língua materna	Produção de materiais acessíveis às comunidades.	Conforme público e língua definidos	0	Não iniciada	A língua, o público, o conteúdo e o processo de tradução e validação deverão ser definidos com as organizações indígenas.
Participação indígena na elaboração dos materiais	Produção de conteúdos com adequação cultural	Conforme cada material	Não comprovada	A implementar	O boletim apresentado não contém comprovação de participação ou validação indígena.
“Implantar um mecanismo de atendimento a consultas e reclamações”	OE2.1 – Implantação de canal institucional de comunicação	1 canal ativo e funcional em até 60 dias	1 canal por WhatsApp	Concluída	O canal foi implantado e mantido para recebimento das manifestações.
Receber, registrar e encaminhar as manifestações	Operação do canal e controle dos atendimentos	100% das manifestações	1 de 1 manifestação	Executada para a demanda recebida	A única manifestação recebida foi registrada, analisada e encaminhada.
Manter as comunidades informadas sobre as etapas da obra	Produção e divulgação de boletins informativos	Atividade contínua	Boletim elaborado, sem distribuição comprovada	Parcialmente executada	A divulgação depende da correção das informações, validação institucional e definição dos canais adequados.
Estabelecer comunicação com a FUNAI e organizações indígenas	Articulação institucional necessária à implementação do programa	Atividade contínua	Contatos, reuniões e solicitações de agenda realizados	Em execução contínua	Foram iniciadas interlocuções com unidades da FUNAI, Instituto Raoni e ATIX.
“Monitorar e registrar a execução das ações do programa”	OE2.3 – Relatórios de acompanhamento das ações de comunicação social	Atividade contínua	Registros organizados	Em execução contínua	Foram produzidos atas, e-mails, registros de reuniões, controle da manifestação e relatórios mensais.

PREVISÃO DA RTG Nº 13722169925	REFERÊNCIA NA PRIMEIRA VERSÃO DO PLANO DE TRABALHO	QUANTIDADE PREVISTA	RESULTADO ATÉ JUNHO DE 2026	STATUS	COMENTÁRIO OU JUSTIFICATIVA
Documentar as interações, medidas adotadas e resoluções	Registro e acompanhamento das manifestações	100% das interações formais	Implantado para as ações registradas	Em execução contínua	O histórico do atendimento deverá identificar data, assunto, responsável, encaminhamento, resposta e situação.
“Relatórios mensais com os indicadores”	OE2.3 – Elaboração de relatórios de acompanhamento	12	4	Executado para o período	Foram elaborados os relatórios de março, abril, maio e junho de 2026.
“Relatórios trimestrais compilados”	Elaboração de relatórios trimestrais	4	1	Executado para o período	O presente relatório constitui a primeira consolidação do período.

Fonte: Jurupará Socioambiental, com base na RTG nº 13722169925, na primeira versão do Plano de Trabalho e nos Relatórios Mensais de março a junho de 2026.

9.2 Ações previstas

Com base na RTG nº 13722169925 e na primeira versão do Plano de Trabalho, o Programa de Comunicação Social Indígena compreendeu:

- articulação com a FUNAI, organizações e lideranças indígenas;
- implantação e manutenção de canal institucional de comunicação;
- definição dos fluxos de recebimento, registro e encaminhamento das manifestações;
- produção e divulgação de informações sobre as atividades da rodovia;
- elaboração de boletins informativos;
- registro das interações institucionais;
- acompanhamento das demandas recebidas;
- elaboração dos relatórios mensais e trimestral;
- apresentação dos programas às organizações indígenas e pactuação das formas de comunicação.

As atividades foram desenvolvidas conforme a etapa de implantação do programa e os procedimentos institucionais necessários à interlocução com os povos e as organizações indígenas.

9.3 Metodologia utilizada

A metodologia adotada foi baseada na comunicação institucional, na escuta qualificada, no respeito às formas próprias de representação indígena e na rastreabilidade das informações. A atuação considerou que a comunicação em contexto indígena requer identificação dos interlocutores legítimos, articulação prévia com a FUNAI e adequação dos conteúdos aos públicos e canais definidos.

Inicialmente, foi realizado o mapeamento das instituições, organizações, aldeias e lideranças relacionadas à área de influência da MT-322. Em seguida, foram estabelecidos contatos e encaminhadas solicitações de agenda para apresentação da equipe, esclarecimento do escopo dos programas e definição dos fluxos de interlocução.

O canal institucional foi estruturado para receber dúvidas, solicitações e manifestações. Cada contato passou a ser registrado, analisado conforme sua relação com o escopo dos programas, encaminhado ao responsável competente e acompanhado até a formulação da devolutiva. As etapas metodológicas estão apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Etapas metodológicas do Programa de Comunicação Social Indígena

ETAPA	PROCEDIMENTO ADOTADO
Mapeamento dos atores	Identificação das unidades da FUNAI, organizações indígenas, aldeias, lideranças e instituições relacionadas ao empreendimento
Articulação institucional	Realização de contatos, reuniões, visitas e solicitações de agenda para apresentação dos programas e alinhamento dos fluxos de interlocução
Implantação do canal	Disponibilização de canal institucional por WhatsApp para recebimento de manifestações
Recebimento e registro	Identificação do solicitante, data, assunto, conteúdo da manifestação e forma de contato
Análise do escopo	Verificação da relação da demanda com os programas e identificação da instituição responsável pela resposta
Encaminhamento	Direcionamento da manifestação à área ou instituição competente para análise
Elaboração da devolutiva	Organização da resposta em linguagem clara, objetiva e compatível com as informações oficialmente disponíveis
Acompanhamento	Atualização da situação da demanda, registro da resposta e manutenção do histórico do atendimento
Produção de informações	Elaboração de boletins e materiais informativos conforme o público, o conteúdo disponível e os fluxos de validação
Monitoramento	Sistematização das articulações, manifestações, respostas, materiais e resultados nos relatórios técnicos

Fonte: Jurupará Socioambiental, com base na RTG nº 13722169925 e no Plano de Trabalho vigente no período (2026).

A metodologia buscou evitar a divulgação de informações não confirmadas e o encaminhamento inadequado de questões fora do escopo dos programas. As demandas relacionadas a decisões operacionais, licenciamento ou intervenções físicas na rodovia foram direcionadas às instituições responsáveis.

9.4 - OE2.1 - Implementação e manutenção de um canal institucional de comunicação para interlocução com comunidades indígenas e instituições envolvidas.

A implementação do canal institucional ocorreu de forma progressiva. Em março, foram realizadas 2 ações de articulação com a Coordenação Regional Norte de Mato Grosso e a Unidade Técnica Local da FUNAI, envolvendo 14 participações, para apresentação dos programas, alinhamento dos fluxos institucionais e levantamento inicial das referências territoriais. Em abril, foi concluída a implantação de 1 canal oficial por WhatsApp, acompanhada da definição do fluxo de atendimento, produção de materiais com número de contato e QR Code, impressão de cartazes e início do sistema de registro das interações. Em maio, as articulações com o Instituto Raoni, a ATIX e a Coordenação Regional Xingu da FUNAI registraram 15 participações e incluíram reuniões, visitas institucionais, distribuição de materiais e formalização de solicitação de agenda.

Em junho, o canal permaneceu ativo e recebeu sua primeira demanda registrada. A manifestação foi classificada, analisada e respondida em 2 dias, resultando em 1 demanda recebida, 1 respondida e nenhuma pendência ao encerramento do período. A resposta esclareceu a diferença entre o escopo da manutenção e conservação da MT-322 e questões relacionadas a eventual pavimentação, direcionando o tema à instituição competente e evitando a divulgação de informação não confirmada.

Qualitativamente, a atividade consolidou um fluxo rastreável de recebimento, registro, classificação, encaminhamento, validação e devolutiva, fortalecendo a transparência e a escuta institucional. As ações também evidenciaram que a comunicação com os povos indígenas depende de mediação, respeito aos protocolos e articulação com suas organizações representativas. Não foram realizadas novas reuniões presenciais em aldeias durante junho, pois a continuidade dessas agendas permaneceu condicionada aos procedimentos de autorização e ao alinhamento com a FUNAI.

Quadro 8 - Ocorrências registradas pelo canal no período.

Data	Nome	Terra Indígena	Aldeia	Whatsapp	Tipo	Resumo	Responsável	Resposta
11/06/2026	Marileia Peruare	Capoto Jarinã	Outro	6698439-0987	 Dúvida	Como vão ficar as aldeias que estão na beira da estrada ?	Henrique Souza de Santana	Olá, agradecemos por entrar em contato conosco! Pedimos desculpas pelo atraso para respondê-la.

						Elas serão removidas?		Neste momento, as atividades em execução na MT-322 referem-se aos serviços de manutenção e conservação da rodovia, bem como às ações de comunicação e acompanhamento socioambiental relacionadas a essas atividades. Em relação a eventuais questões sobre o projeto de pavimentação da MT-322, informamos que esse tema não faz parte do escopo das atividades atualmente acompanhadas por nossa equipe. Conforme nosso conhecimento, os estudos e discussões relacionados à pavimentação ainda estão em tramitação junto aos órgãos competentes. Por esse motivo, orientamos que informações oficiais sobre esse assunto sejam solicitadas diretamente à SINFRA-MT, órgão responsável pelo empreendimento. Permanecemos à disposição para esclarecer dúvidas relacionadas às atividades de manutenção atualmente em execução.
--	--	--	--	--	--	-----------------------	--	---

9.5 - OE2.2 - Produzir e disseminar boletins informativos direcionados às comunidades indígenas.

No período de março a junho de 2026, foi elaborada a primeira versão do Boletim Informativo do Programa de Comunicação Social Indígena da MT-322, concluída em abril de 2026. O material reuniu informações sobre o histórico e a situação operacional das atividades de manutenção e conservação da rodovia obtidas naquele período, assim como os serviços executados e programados, as condições do trecho, as etapas previstas, os registros fotográficos, a equipe responsável e o canal institucional de comunicação.

O boletim foi estruturado em formato visual e linguagem acessível, com o objetivo de transformar informações técnicas e operacionais em conteúdo mais compreensível para as comunidades indígenas, lideranças e instituições envolvidas. Qualitativamente, sua elaboração representou um avanço na organização das informações do empreendimento e na construção de um instrumento de transparência e apoio à interlocução institucional. Entretanto, a versão produzida em abril foi elaborada inicialmente em língua portuguesa, permanecendo necessária sua tradução e adequação às línguas maternas faladas nos territórios indígenas abrangidos pelo programa, conforme previsto no Relatório Técnico Geral – RTG.

Durante reunião realizada com o Instituto Raoni, a equipe técnica da Jurupará Socioambiental solicitou apoio para a identificação de indígenas que pudessem realizar a tradução do conteúdo. Na ocasião, o Sr. Roiti Metuktire orientou que, antes do prosseguimento dessa etapa, fosse promovida uma interlocução institucional com a Associação Terra Indígena Xingu – ATIX, para apresentação da equipe, do programa e das atividades previstas, respeitando os protocolos de consulta e as estruturas de governança dos territórios.

Em 19 de maio de 2026, foi encaminhado e-mail formal às Coordenações Regionais da FUNAI e às instituições representativas, propondo a realização de reunião institucional ampliada. Em resposta recebida em 16 de junho de 2026, a Coordenação Regional do Xingu informou disponibilidade para realização de reunião on-line, após alinhamento com a presidência da ATIX. A reunião foi agendada; contudo, os representantes da Coordenação Regional do Xingu e da ATIX não compareceram. Após o ocorrido, a equipe técnica permaneceu aguardando novo contato dessas instituições para continuidade dos encaminhamentos, o que não ocorreu até o encerramento do período analisado.

Posteriormente, a FUNAI solicitou ajustes no conteúdo do boletim, reforçando, entre outros aspectos, a necessidade de tradução para as línguas maternas. Os ajustes editoriais e técnicos encontram-se em andamento. Como desdobramento posterior ao trimestre, em 23 de julho de 2026, foi encaminhada nova solicitação ao Instituto Raoni, requerendo informações sobre as línguas faladas no Território Indígena Capoto/Jarina, indicação de tradutores e comunicadores indígenas, definição das línguas para as quais o material deverá ser traduzido e contatos das lideranças locais. A tradução será realizada após o recebimento dessas informações.

Dessa forma, o indicador quantitativo do período corresponde a **1 boletim informativo produzido em versão inicial, com ajustes e tradução pendentes**. Não houve produção de novo boletim em maio ou junho. Também não foi atribuído quantitativo de pessoas alcançadas, uma vez que a disseminação do produto em sua versão cultural e linguisticamente adequada ainda não foi concluída. Qualitativamente, a atividade resultou na estruturação do primeiro instrumento informativo do programa e no início das articulações necessárias para assegurar que sua futura circulação ocorra de forma acessível, participativa e compatível com as especificidades linguísticas e culturais dos povos envolvidos.

10. MATRIZ COMPARATIVA ENTRE A RTG, O PLANO DE TRABALHO E A EXECUÇÃO

A RTG nº 13722169925 estabelece os objetivos, as diretrizes e as principais ações dos Programas de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT e de Comunicação Social Indígena. A primeira versão do Plano de Trabalho, por sua vez, detalhou a forma de execução dessas diretrizes, definindo atividades, metas, indicadores, cronograma e meios de verificação. Considerando que a execução sob responsabilidade da Jurupará Socioambiental foi iniciada em março de 2026, a análise apresentada neste tópico verifica como as diretrizes da RTG foram incorporadas ao planejamento e quais resultados foram alcançados até 30 de junho de 2026.

A comparação considera:

- as obrigações e orientações estabelecidas na RTG;
- as atividades previstas na primeira versão do Plano de Trabalho;
- a etapa de implantação realizada em março;
- o primeiro trimestre operacional, correspondente aos meses de abril, maio e junho;
- os resultados registrados nos relatórios mensais;
- os documentos e demais meios de verificação apresentados nos anexos.

As metas previstas para toda a vigência não são tratadas como obrigações integralmente exigíveis no primeiro trimestre. Nesses casos, a matriz apresenta o resultado acumulado até junho e indica a continuidade da execução nos períodos seguintes.

A matriz também diferencia as ações concluídas, as atividades de caráter contínuo e aquelas que dependem de definição ou articulação institucional. Essa organização permite avaliar o cumprimento dos programas de acordo com o período efetivamente executado e com as condições estabelecidas nos documentos orientadores.

10.1 Programa de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT

Na RTG, o PEAT foi estruturado para capacitar e sensibilizar os trabalhadores envolvidos na manutenção da Rodovia MT-322, com ênfase em segurança do trabalho, proteção ambiental, prevenção de impactos e respeito aos povos indígenas. A primeira versão do Plano de Trabalho transformou essas diretrizes em atividades mensuráveis, como integrações, palestras, Diálogos

Semanais de Segurança, rodas de conversa, produção de materiais educativos, monitoramento e elaboração de relatórios.

No período analisado, a execução iniciou com a mobilização da equipe, o reconhecimento do contexto operacional e a preparação dos instrumentos metodológicos. Na sequência, foram realizadas atividades educativas junto aos trabalhadores, com conteúdos definidos a partir dos riscos identificados no canteiro e nas frentes de serviço.

O Quadro 9 demonstra a relação entre cada diretriz da RTG, sua operacionalização no Plano de Trabalho, o resultado registrado até junho, a continuidade prevista e o respectivo meio de verificação. Essa comparação permite verificar que as ações de implantação foram concluídas e que as metas distribuídas ao longo da vigência tiveram sua execução iniciada no período.

Quadro 9 – Correspondência entre as diretrizes da RTG, o Plano de Trabalho e a execução do PEAT até junho de 2026

PREVISÃO DA RTG	PREVISÃO DO PLANO DE TRABALHO	RESULTADO REGISTRADO ATÉ JUNHO DE 2026	CONTINUIDADE	MEIO DE VERIFICAÇÃO
Mobilização da equipe técnica	Elaboração e apresentação do Plano de Trabalho e mobilização da equipe	Plano elaborado e protocolado; equipe mobilizada; reconhecimento logístico e operacional realizado	Etapa concluída	Plano de Trabalho, protocolo e relatórios de campo
Integração dos trabalhadores	Integração e sensibilização dos profissionais mobilizados	Ações de integração realizadas junto às equipes operacionais	Realizar integração dos trabalhadores admitidos posteriormente	Listas de presença, apresentação e registros fotográficos
Palestras e oficinas	Realização de 6 palestras ou oficinas durante a vigência	2 palestras ou oficinas realizadas	Executar as demais atividades conforme o cronograma	Relatórios, listas de presença, apresentações e fotografias
Educação ambiental	Abordagem de legislação ambiental, resíduos, biodiversidade e prevenção de impactos	Conteúdos trabalhados nas capacitações, nos DSS e nos materiais educativos	Manter a abordagem conforme os temas e riscos identificados	Apresentações, materiais e relatórios
Segurança e saúde no trabalho	Capacitações sobre segurança, prevenção de riscos e equipamentos de proteção	Abordados EPI, EPC, sinalização, tráfego de máquinas, abastecimento e prevenção de acidentes	Dar continuidade às ações conforme os riscos das frentes de serviço	Listas de presença, apresentações, fotografias e relatórios
Respeito aos povos indígenas	Rodas de conversa com abordagem antropológica e intercultural	2 rodas de conversa realizadas, incluindo orientações sobre normas e condutas.	Manter as orientações durante a vigência	Listas de presença, materiais e registros fotográficos
Diálogos Semanais de Segurança	Realização de 24 DSS durante a vigência	8 ações vinculadas à atividade OE1.2, sendo 2 preparatórias em março e 6 DSS presenciais entre abril e junho	Realizar os demais DSS conforme o cronograma e a mobilização das equipes	Registros de DSS, listas de presença, fotografias e relatórios
Materiais educativos	Produção de 24 cards e 60 materiais gráficos durante a vigência	18 conjuntos/peças temáticas produzidas	Prosseguir com a produção e a disponibilização dos materiais	Arquivos digitais, exemplares e registros de disponibilização
Monitoramento do PEAT	Acompanhamento das atividades e dos indicadores	Atividades, temas, participantes e meios de	Manter o acompanhamento	Relatórios, listas, registros de campo e controles

PREVISÃO DA RTG	PREVISÃO DO PLANO DE TRABALHO	RESULTADO REGISTRADO ATÉ JUNHO DE 2026	CONTINUIDADE	MEIO DE VERIFICAÇÃO
		verificação registrados nos relatórios mensais	consolidar os trabalhadores únicos alcançados	
Relatórios periódicos	Elaboração de 12 relatórios mensais e 4 trimestrais	Elaborados 4 relatórios mensais, referentes a março, abril, maio e junho, e 1 relatório trimestral	Manter a elaboração conforme a periodicidade prevista	Relatórios e protocolos de encaminhamento

Fonte: Jurupará Socioambiental, com base na RTG nº 13722169925, na primeira versão do Plano de Trabalho e nos Relatórios Mensais de março a junho de 2026.

O Quadro 9 demonstra que a implantação do PEAT foi concluída e que as metas de caráter continuado tiveram execução iniciada. Os resultados quantitativos apresentados correspondem ao acumulado até 30 de junho de 2026.

10.2 Programa de Comunicação Social Indígena

A RTG estruturou o Programa de Comunicação Social Indígena com a finalidade de estabelecer um fluxo contínuo de informações entre os responsáveis pelos serviços de manutenção da Rodovia MT-322 e os povos indígenas situados na área de influência do empreendimento. Para isso, previu a implantação de mecanismo de atendimento, a produção de materiais informativos, o registro das interações e a elaboração de relatórios periódicos.

A primeira versão do Plano de Trabalho detalhou essas diretrizes por meio de ações de articulação institucional, mapeamento das organizações e lideranças, implantação de canal de comunicação, recebimento e acompanhamento de manifestações, elaboração de boletins e sistematização dos resultados.

Entre março e junho de 2026, a execução concentrou-se na implantação das condições institucionais e operacionais do programa. Foram realizados contatos e reuniões com unidades da FUNAI e organizações indígenas, incluindo uma agenda pontual na Aldeia Piaraçu; estruturado o canal institucional por WhatsApp; estabelecido o fluxo de atendimento; registrada a primeira manifestação; e produzido o primeiro boletim informativo.

A agenda pontual na Aldeia Piaraçu foi realizada a convite das lideranças locais e não configurou programação continuada de ações nas aldeias. A RTG não estabeleceu o ingresso como atividade obrigatória nem definiu ações recorrentes no interior das Terras Indígenas. As articulações e a organização documental foram mantidas para que qualquer nova atividade seja previamente definida, pactuada com as organizações indígenas e autorizada pela FUNAI.

O Quadro 10 apresenta a relação entre as diretrizes da RTG, as atividades definidas no Plano de Trabalho, os resultados registrados até junho, a continuidade prevista e os respectivos meios de verificação.

Quadro 10 – Correspondência entre o planejamento e a execução do Programa de Comunicação Social Indígena.

PREVISÃO DA RTG	PREVISÃO DO PLANO DE TRABALHO	RESULTADO REGISTRADO ATÉ JUNHO DE 2026	CONTINUIDADE	MEIO DE VERIFICAÇÃO
Estabelecimento de comunicação com os povos indígenas	Articulação com a FUNAI, organizações e lideranças indígenas	Realizados contatos, reuniões e solicitações de agenda com unidades da FUNAI e organizações indígenas	Prosseguir com as articulações conforme os fluxos de representação	Atas, e-mails, solicitações de agenda e registros de reuniões
Canal de atendimento	Implantação e manutenção de canal institucional	1 canal institucional por WhatsApp implantado e mantido	Manter o canal ativo durante a vigência	Registro do canal, materiais de divulgação e controle de atendimento
Recebimento e acompanhamento das manifestações	Registro, análise, encaminhamento e devolutiva das demandas	1 manifestação recebida, registrada, analisada e encaminhada	Registrar e acompanhar todas as novas manifestações	Controle de atendimento e registro anonimizado da devolutiva
Produção de boletins informativos	Elaboração de 4 boletins durante a vigência	1 boletim informativo produzido	Produzir os demais boletins conforme o cronograma e as informações disponíveis	Boletim, arquivo digital e registro de disponibilização
Materiais em línguas indígenas	Produção conforme a definição do público e da língua aplicável	Não foram produzidos materiais em língua indígena no período	Definir com as organizações indígenas o público, a língua, o conteúdo e o procedimento de validação	Registros das articulações e futuras versões validadas
Apresentação dos programas	Interlocução com as instâncias representativas para definição das formas de comunicação	Realizadas articulações preparatórias e uma apresentação pontual na Aldeia Piaraçu; não houve programação continuada de apresentações nas aldeias no período	Definir a forma de apresentação com a FUNAI e as organizações indígenas	Atas, memórias, e-mails e solicitações de agenda
Registro das interações institucionais	Organização das articulações, manifestações e encaminhamentos	Atas, comunicações, controles e registros mensais organizados	Manter o registro das interações	Documentação institucional e relatórios
Monitoramento do programa	Acompanhamento do canal, das manifestações e das articulações	Canal e interações acompanhados durante o período	Manter o monitoramento e consolidar os resultados nos relatórios	Controle do canal e relatórios técnicos
Relatórios periódicos	Elaboração de 12 relatórios mensais e 4 trimestrais.	Elaborados 4 relatórios mensais, referentes a março, abril, maio e junho, e 1 relatório trimestral.	Manter a elaboração conforme a periodicidade prevista.	Relatórios e protocolos de encaminhamento.

Fonte: Jurupará Socioambiental, com base na RTG nº 13722169925, na primeira versão do Plano de Trabalho e nos Relatórios Mensais de março a junho de 2026.

A agenda pontual realizada na Aldeia Piaraçu constitui a única atividade registrada no interior de aldeia entre março e junho de 2026. A ação ocorreu a convite das lideranças locais e não representou

programação continuada. Qualquer nova atividade dependerá da definição prévia do objeto, da pactuação com as organizações indígenas e da autorização da FUNAI.

10.3 Síntese da execução

A análise comparativa evidencia que as atividades realizadas entre março e junho de 2026 correspondem às diretrizes da RTG nº 13722169925 e às ações estabelecidas na primeira versão do Plano de Trabalho. Março foi destinado à implantação dos programas, enquanto o trimestre operacional de abril a junho concentrou a ampliação das atividades presenciais, a produção de materiais e a estruturação dos mecanismos de comunicação e monitoramento.

No PEAT, foram concluídas a mobilização da equipe, a organização metodológica e a preparação dos instrumentos de execução. Também foram realizadas integrações, palestras, Diálogos Semanais de Segurança e rodas de conversa, acompanhadas da produção e disponibilização de materiais educativos. As ações abordaram riscos e situações relacionadas às atividades de manutenção rodoviária, articulando segurança do trabalho, educação ambiental e orientação sobre condutas em áreas de influência indígena.

No Programa de Comunicação Social Indígena, foram iniciadas as articulações com unidades da FUNAI e organizações indígenas, implantado o canal institucional de atendimento, estruturado o procedimento de registro e acompanhamento das manifestações, atendida a demanda recebida no período e produzido o primeiro boletim informativo.

Os documentos reunidos nos anexos — listas de presença, registros fotográficos, materiais produzidos, atas, comunicações institucionais, controles de atendimento e relatórios mensais — constituem os meios de verificação dos resultados apresentados.

As metas estabelecidas para toda a vigência permanecem em execução. A partir de julho de 2026, a continuidade das ações será orientada pelo Plano de Trabalho ajustado, que incorporou as orientações da FUNAI e os aprendizados obtidos durante a etapa inicial, preservando os objetivos estabelecidos para os dois programas.

11. INDICADORES CONSOLIDADOS

Os indicadores apresentados neste tópico foram consolidados com base nos Relatórios Mensais de março, abril, maio e junho de 2026 e nos respectivos meios de verificação. Os resultados correspondem ao período compreendido entre o início da mobilização, em março, e o encerramento do primeiro trimestre operacional, em junho de 2026.

As metas previstas para toda a vigência são apresentadas separadamente dos resultados acumulados. Não foram calculados percentuais quando a unidade de medida do resultado ainda necessita de classificação por tipo ou quando a apuração depende de informações complementares, como a relação nominal do efetivo mobilizado.

11.1 Indicadores do PEAT

Os resultados quantitativos do Programa de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT estão apresentados no Quadro 11.

Quadro 11 – Indicadores consolidados do PEAT até junho de 2026

INDICADOR	META PARA A VIGÊNCIA	RESULTADO ATÉ JUNHO DE 2026	CRITÉRIO DE APURAÇÃO
Implantação do PEAT	1 programa implantado	1	Plano de Trabalho protocolado, equipe mobilizada e início das atividades.
Integração e sensibilização inicial	100% dos trabalhadores mobilizados	Cobertura em consolidação	Comparação entre as listas de presença e a relação nominal atualizada do efetivo.
Palestras ou oficinas temáticas	6	2	Atividades com tema definido, condução técnica e registro de participação.
Diálogos Semanais de Segurança – DSS	24	8	Ações registradas como DSS nos relatórios mensais e acompanhadas dos respectivos meios de verificação.
Rodas de conversa com abordagem antropológica	4	2	Atividades com abordagem intercultural e registro de participação.
Participações acumuladas nas ações do PEAT	Indicador de acompanhamento	130 registros	Soma das participações registradas: 6 em março, 23 em abril, 44 em maio e 57 em junho. O total não corresponde a trabalhadores únicos.
Cards educativos	24	Quantitativo incluído no total de 18 conjuntos/peças temáticas produzidos	Necessária classificação final das peças por formato.
Materiais gráficos	60	Quantitativo incluído no total de 18 conjuntos/peças temáticas produzidos	Necessária classificação final das peças por formato.

INDICADOR	META PARA A VIGÊNCIA	RESULTADO ATÉ JUNHO DE 2026	CRITÉRIO DE APURAÇÃO
Relatórios mensais	12	4	Relatórios referentes a março, abril, maio e junho de 2026.
Relatórios trimestrais	4	1	Presente relatório consolidado.

Fonte: Jurupará Socioambiental, com base na primeira versão do Plano de Trabalho e nos Relatórios Mensais de março a junho de 2026.

A meta de DSS foi uniformizada em **24 atividades durante a vigência**, conforme estabelecido na matriz lógica do Plano de Trabalho. A referência anterior a 23 DSS decorria da forma de distribuição utilizada no cronograma e não será mantida como meta do programa.

Os 18 conjuntos/peças temáticas registrados até junho correspondem a 2 conjuntos produzidos em abril, 8 peças ou temas registrados em maio e 8 peças produzidas em junho. O controle deverá classificá-los entre cards digitais e materiais gráficos antes da apuração do percentual de cada meta, evitando dupla contagem de versões impressas e digitais do mesmo conteúdo.

O percentual de trabalhadores capacitados também não será calculado apenas pela soma das participações. Como um mesmo trabalhador pode participar de diferentes atividades, a cobertura do PEAT dependerá da comparação nominal entre as listas de presença e a relação do efetivo mobilizado.

11.2 Indicadores do Programa de Comunicação Social Indígena

Os resultados quantitativos do Programa de Comunicação Social Indígena estão apresentados no Quadro 12.

Quadro 12 – Indicadores consolidados do Programa de Comunicação Social Indígena até junho de 2026

INDICADOR	META PARA A VIGÊNCIA	RESULTADO ATÉ JUNHO DE 2026	CRITÉRIO DE APURAÇÃO
Canal institucional de comunicação	1 canal ativo	1 canal por WhatsApp implantado	Comprovação da ativação e manutenção do canal
Manifestações recebidas e registradas	Registrar 100% das manifestações	1 de 1 manifestação registrada	Controle de atendimento
Manifestações analisadas e encaminhadas	Encaminhar 100% das manifestações	1 de 1 manifestação analisada e encaminhada	Registro do fluxo e da devolutiva
Boletins informativos	4	1	Boletim produzido e respectivo registro
Articulações institucionais	Atividade contínua	Realizadas no período	Atas, memórias de reunião, e-mails e solicitações de agenda

INDICADOR	META PARA A VIGÊNCIA	RESULTADO ATÉ JUNHO DE 2026	CRITÉRIO DE APURAÇÃO
Materiais em língua indígena	Conforme definição com as organizações indígenas	Não produzidos no período	Depende da definição do público, da língua e do procedimento de validação
Relatórios mensais	12	4	Relatórios referentes a março, abril, maio e junho de 2026
Relatórios trimestrais	4	1	Presente relatório consolidado

Fonte: Jurupará Socioambiental, com base na primeira versão do Plano de Trabalho e nos Relatórios Mensais de março a junho de 2026.

O indicador de manifestações corresponde à demanda espontaneamente recebida pelo canal institucional. O resultado “1 de 1” demonstra que a única manifestação recebida no período foi registrada, analisada e encaminhada conforme o fluxo estabelecido. Esse quantitativo não representa a meta mínima de recebimento de demandas.

11.3 Indicadores qualitativos

Além dos resultados quantitativos, a execução apresentou os seguintes resultados qualitativos:

- implantação dos instrumentos técnicos e operacionais dos dois programas;
- adequação dos temas do PEAT aos riscos observados nas frentes de serviço;
- integração entre segurança do trabalho, educação ambiental e abordagem intercultural;
- diversificação das estratégias educativas, com atividades presenciais e materiais visuais;
- estabelecimento dos primeiros fluxos de interlocução com a FUNAI e organizações indígenas;
- implantação de procedimento para registro e acompanhamento das manifestações;
- incorporação das orientações da FUNAI ao Plano de Trabalho ajustado;
- organização dos meios de verificação para acompanhamento das ações.

11.4 Limites da consolidação

A consolidação dos indicadores observou os seguintes limites:

- repetição de trabalhadores em diferentes listas de presença;
- variação mensal do efetivo mobilizado;
- necessidade de classificação das peças educativas entre cards e materiais gráficos;

- diferença entre participação acumulada e número de trabalhadores únicos;
- caráter contínuo das articulações institucionais e do monitoramento do canal.

Esses limites não impedem a comprovação das atividades realizadas, mas exigem que os resultados sejam apresentados conforme sua unidade de medida e sem utilização de percentuais que ainda não possam ser calculados com segurança.

12. RASTREABILIDADE DAS ATIVIDADES REALIZADAS

A rastreabilidade das ações foi organizada a partir dos relatórios mensais, listas de presença, registros fotográficos, atas, comunicações institucionais, materiais produzidos e controles de atendimento. O Quadro 13 identifica as principais atividades realizadas entre março e junho de 2026, relacionando data, programa, atividade, tema ou objeto, local, participação registrada e meio de verificação. Os quantitativos de participantes correspondem aos registros de cada ação e não representam, necessariamente, trabalhadores únicos.

Quadro 13 – Rastreabilidade das principais atividades realizadas entre março e junho de 2026

DATA/ PERÍODO	PROGRAMA	ATIVIDADE	TEMA OU OBJETO	LOCAL	PARTICIPAÇÃO REGISTRADA	MEIO DE VERIFICAÇÃO
Março de 2026	PEAT e Comunicação Social Indígena	Elaboração e protocolo do Plano de Trabalho	Organização metodológica, cronograma, metas, indicadores e equipe técnica	Aripuanã-MT e formato remoto	Equipe técnica e instituições envolvidas	Plano de Trabalho, ofício de encaminhamento e protocolo
27 a 31/03/2026	PEAT	Reconhecimento logístico e operacional	Condições de acesso, estruturas de apoio, canteiro, mobilização dos trabalhadores e riscos iniciais	Colíder, Peixoto de Azevedo, União do Norte e canteiro da MT-322	6 participações registradas	Relatório de março e registros fotográficos
Março de 2026	Comunicação Social Indígena	Articulações institucionais iniciais	Apresentação da equipe e dos programas e levantamento dos procedimentos de interlocução	Formato remoto e unidades da FUNAI	14 participações registradas	Relatório de março, registros de reuniões e comunicações
27/04/2026	PEAT	Roda de conversa com abordagem antropológica	Protocolos de consulta, comunicação intercultural e governança territorial	Instituto Raoni, Peixoto de Azevedo-MT	4	Relatório de abril, ata, lista de presença e registros fotográficos
30/04/2026	PEAT	Palestra dialogada	Terminologias, diversidade e respeito aos povos indígenas	Distrito de União do Norte, Peixoto de Azevedo-MT	4	Relatório de abril, lista de presença e registro fotográfico
30/04/2026	PEAT e Comunicação Social Indígena	Diálogo e orientação institucional	Esclarecimentos sobre a manutenção da MT-322, apresentação dos programas e divulgação do canal	Aldeia Piaraçu, Terra Indígena Capoto/Jarina	8	Relatório de abril, lista de presença e registros fotográficos
30/04/2026	PEAT	Diálogo Semanal de Segurança	Gestão de resíduos no canteiro e responsabilidade socioambiental	Canteiro da empresa ENPA, MT-322	7	Relatório de abril, lista de presença e registros fotográficos

DATA/ PERÍODO	PROGRAMA	ATIVIDADE	TEMA OU OBJETO	LOCAL	PARTICIPAÇÃO REGISTRADA	MEIO DE VERIFICAÇÃO
Abril de 2026	PEAT	Produção e disponibilização de materiais	Terminologias indígenas e gestão de resíduos	Produção em escritório e disponibilização digital	2 conjuntos temáticos	Arquivos digitais e relatório de abril
Abril de 2026	Comunicação Social Indígena	Implantação do canal institucional	WhatsApp, fluxo de atendimento e materiais com QR Code	Atividade remota e ações de divulgação	1 canal implantado	Registro do canal, cartazes e relatório de abril
Abril de 2026	Comunicação Social Indígena	Produção de boletim	1º Boletim Informativo da MT-322	Produção em escritório e formato digital	1 boletim elaborado	Arquivo do boletim e relatório de abril
04/05/2026	Comunicação Social Indígena	Reunião institucional	Alinhamento do Programa de Comunicação Social Indígena e definição de encaminhamentos	Reunião com Instituto Raoni e SINFRA-MT	Conforme ata	Ata da reunião e registro institucional
18 a 20/05/2026	Comunicação Social Indígena	Articulações presenciais	Contatos com organizações indígenas e Coordenação Regional do Xingu	Canarana-MT	15 participações registradas	Relatório de maio, e-mails, registros fotográficos e solicitações de agenda
20/05/2026	PEAT	Integração e sensibilização	Segurança, responsabilidade socioambiental e respeito ao território	Canteiro da empresa ENPA, MT-322	17	Lista de presença, apresentação e registros fotográficos
21/05/2026	PEAT	Diálogo Semanal de Segurança	Gestão de resíduos no canteiro de obras	Canteiro da empresa ENPA, MT-322	12	Lista de presença, apresentação e registros fotográficos
22/05/2026	PEAT	Diálogo Semanal de Segurança	Segurança no tráfego de máquinas e procedimentos para abastecimento	Canteiro da empresa ENPA, MT-322	15	Lista de presença, apresentação e registros fotográficos
Mai de 2026	PEAT	Produção e disponibilização de materiais	Segurança, gestão de resíduos, tráfego, abastecimento e responsabilidade socioambiental	Canteiro, alojamentos, escritórios e grupos operacionais	Não se aplica	Arquivos produzidos, fotografias da instalação e capturas de compartilhamento
03/06/2026	PEAT	Diálogo Semanal de Segurança	Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva – EPI e EPC	Canteiro da empresa ENPA, MT-322	20	Lista de presença, apresentação e registros fotográficos
16/06/2026	PEAT	Diálogo Semanal de Segurança	Sinalização temporária nas frentes de serviço	Canteiro da empresa ENPA, MT-322	17	Lista de presença, apresentação e registros fotográficos

DATA/ PERÍODO	PROGRAMA	ATIVIDADE	TEMA OU OBJETO	LOCAL	PARTICIPAÇÃO REGISTRADA	MEIO DE VERIFICAÇÃO
17/06/2026	PEAT	Roda de conversa	Normas e condutas em áreas de influência indígena	Canteiro da empresa ENPA, MT-322	20	Lista de presença, apresentação e registros fotográficos
Junho de 2026	PEAT	Produção e disponibilização de materiais	EPI, EPC, sinalização, segurança e condutas em áreas de influência indígena	Canteiro, alojamento, escritório e grupos operacionais	8 peças produzidas	Arquivos, registros de instalação e capturas de compartilhamento
Junho de 2026	Comunicação Social Indígena	Implantação e operação do canal	Disponibilização do WhatsApp institucional e aplicação do fluxo de atendimento	Canal remoto	1 canal implantado	Registro do canal e material de divulgação
Junho de 2026	Comunicação Social Indígena	Atendimento de manifestação	Recebimento, registro, análise, encaminhamento e devolutiva	Canal institucional	1 manifestação	Controle anonimizado do atendimento
Março a junho de 2026	PEAT e Comunicação Social Indígena	Relatórios de acompanhamento	Sistematização das ações, resultados, indicadores e evidências	Aripuanã-MT	4 relatórios mensais e 1 trimestral	Relatórios e protocolos de encaminhamento

Fonte: Jurupará Socioambiental, com base nos Relatórios Mensais de março, abril, maio e junho de 2026 e nos respectivos meios de verificação.

O Quadro 13 deverá ser atualizado na versão final com a numeração definitiva dos anexos. Cada atividade deverá remeter diretamente ao documento comprobatório correspondente, permitindo sua localização e conferência. As informações pessoais presentes nas listas de presença e nos controles do canal deverão ser tratadas conforme sua finalidade. Na versão pública do relatório, os registros de atendimento deverão ser anonimizados, preservando-se os dados pessoais dos solicitantes.

13. CONDIÇÕES OBSERVADAS E MEDIDAS ADOTADAS

A execução dos programas entre março e junho de 2026 considerou as condições operacionais, climáticas e institucionais verificadas no período. Essas condições foram acompanhadas pela equipe técnica e incorporadas ao planejamento, de modo a manter a continuidade das ações e preservar os objetivos estabelecidos na RTG e no Plano de Trabalho. O Quadro 14 apresenta as principais condições observadas, seus efeitos sobre a execução e as medidas adotadas.

Quadro 14 – Condições observadas durante a execução e medidas adotadas

CONDIÇÃO OBSERVADA	EFEITO SOBRE A EXECUÇÃO	MEDIDA ADOTADA	RESULTADO
Emissão da Ordem de Serviço em 6 de março de 2026.	Março correspondeu a um período parcial de execução.	Priorização da mobilização, elaboração e protocolo do Plano de Trabalho, organização documental e articulações iniciais.	Programas estruturados para o início do trimestre operacional.
Período chuvoso e condições de acesso ao trecho.	Redução de deslocamentos e das atividades operacionais em determinados momentos.	Acompanhamento das condições de acesso, reconhecimento logístico e adequação das agendas.	Planejamento ajustado às condições verificadas.
Mobilização gradual dos trabalhadores.	Variação do público disponível para as atividades educativas.	Alinhamento prévio com a coordenação operacional e adequação dos horários e temas.	Realização das ações nos períodos de maior disponibilidade das equipes.
Distância entre os pontos de apoio e as frentes de serviço.	Necessidade de maior organização dos deslocamentos.	Definição dos pontos de apoio, planejamento das rotas e confirmação prévia das atividades.	Melhoria da organização logística das ações presenciais.
Variação mensal do efetivo mobilizado.	Impossibilidade de calcular a cobertura apenas pela soma das participações.	Utilização de listas de presença e previsão de comparação com a relação nominal do efetivo.	Prevenção de dupla contagem dos trabalhadores.
Necessidade de interlocução com diferentes unidades da FUNAI e organizações indígenas.	Ampliação das etapas necessárias à organização do fluxo de comunicação.	Realização de contatos, reuniões, visitas e solicitações de agenda.	Estabelecimento inicial dos canais de interlocução institucional.
Solicitação de complementação do Plano de Trabalho.	Necessidade de esclarecer a abrangência e detalhar os procedimentos de execução.	Revisão do Plano de Trabalho e incorporação das orientações da FUNAI.	Plano ajustado concluído em julho de 2026.
Possibilidade de eventual atividade em Terra Indígena.	Necessidade de observar procedimentos específicos antes de qualquer ingresso.	Organização preventiva dos documentos, interlocução institucional e previsão de pactuação prévia.	Condições documentais e institucionais em preparação.
Necessidade de informações oficiais sobre a rodovia.	Algumas manifestações exigem dados que não são produzidos pela equipe dos programas.	Registro da demanda e encaminhamento às instituições responsáveis.	Respostas fundamentadas nas informações oficialmente disponíveis.
Produção de diferentes tipos de materiais educativos.	Necessidade de classificar as peças entre cards e materiais gráficos.	Organização dos arquivos e revisão do controle de produção.	Aperfeiçoamento da mensuração dos materiais.
Registro de participantes em atividades sucessivas.	Possibilidade de repetição nominal nas listas.	Consolidação individualizada dos participantes.	Apuração futura do número de trabalhadores únicos alcançados.

Fonte: Jurupará Socioambiental, com base nos Relatórios Mensais de março a junho de 2026.

13.1 Procedimentos relacionados a eventual ingresso em Terra Indígena

A RTG nº 13722169925 prevê ações de comunicação com os povos indígenas situados na área de influência da Rodovia MT-322, mas não estabelece o ingresso da equipe executora nas Terras Indígenas nem define atividades específicas a serem realizadas no interior das aldeias.

O pedido inicialmente encaminhado à FUNAI mencionou a possibilidade de ingresso na Terra Indígena Capoto/Jarina. Em resposta, a Fundação solicitou esclarecimentos sobre a natureza das atividades, os locais de realização, os participantes, a quantidade de reuniões e a dinâmica operacional prevista. A solicitação teve como finalidade assegurar que qualquer atividade em Terra Indígena fosse previamente detalhada, pactuada e autorizada.

A dinâmica territorial observada no trecho, entretanto, não se limita ao interior das Terras Indígenas. Há aldeias localizadas nas proximidades da rodovia e da travessia por balsa, além da circulação de indígenas pelo percurso da MT-322. Lideranças indígenas mantêm contato frequente com instituições, usuários da rodovia, trabalhadores e demais públicos presentes na região. Os próprios indígenas participam da operacionalização da balsa, o que amplia as possibilidades de interação cotidiana nos espaços externos às aldeias.

Esses contatos podem ocorrer espontaneamente no percurso da rodovia, na balsa, no canteiro e em outros pontos de circulação. Sua ocorrência não caracteriza ingresso da equipe da Jurupará em Terra Indígena nem substitui as atividades formais do Programa de Comunicação Social Indígena. Ainda assim, esse contexto exige que os trabalhadores estejam orientados sobre respeito, comunicação adequada, registro de imagens, circulação em áreas sensíveis, gestão de resíduos e procedimentos a serem adotados diante de dúvidas ou manifestações apresentadas por indígenas.

Entre março e junho de 2026, ocorreu uma agenda pontual na Aldeia Piraçu, realizada a convite do cacique Megaron e das lideranças locais, com participação de representantes da ENPA e da Jurupará. A atividade teve caráter informativo e institucional e não configurou programação continuada de ações nas aldeias. Considerando a proximidade territorial e a possibilidade de contatos decorrentes da dinâmica da rodovia, a empresa manteve a interlocução com as Coordenações Regionais da FUNAI e com organizações indígenas, bem como a preparação documental necessária a eventuais atividades futuras devidamente pactuadas e autorizadas.

Foram organizados os Termos de Compromisso Individual, atualizados os comprovantes de vacinação, providenciados os atestados médicos e revisado o Plano de Trabalho. A manutenção desses

procedimentos representa medida de precaução, boa-fé institucional e compromisso com a proteção dos direitos e das particularidades socioculturais dos povos indígenas.

Caso seja identificada a necessidade de atividade no interior de alguma Terra Indígena, sua realização dependerá da definição prévia do objeto, dos participantes, do local e da metodologia, além da pactuação com as organizações indígenas e da autorização da FUNAI. Até que essas condições sejam estabelecidas, a comunicação ocorrerá pelos canais institucionais, pelas organizações representativas e nos espaços externos às aldeias relacionados à dinâmica da MT-322.

13.2 Aperfeiçoamentos incorporados

As condições observadas no período subsidiaram o aperfeiçoamento dos procedimentos de execução e monitoramento dos programas. No PEAT, passou-se a reforçar a confirmação prévia do efetivo e das condições operacionais, a definição dos conteúdos com base nos riscos identificados e a integração entre atividades presenciais e materiais educativos. Também foi previsto o controle nominal dos participantes, considerando a rotatividade dos trabalhadores e a necessidade de incluir nas ações os profissionais mobilizados posteriormente.

No Programa de Comunicação Social Indígena, foram aprimorados o registro das manifestações, a identificação dos responsáveis pelos encaminhamentos, o acompanhamento das respostas e a delimitação das informações que podem ser prestadas pela equipe executora. As interações espontâneas com indígenas no percurso da rodovia passaram a ser consideradas no planejamento preventivo, sem confundi-las com atividades realizadas no interior das aldeias.

Também foram incorporadas a classificação dos materiais por tipo e tema, a definição mais precisa dos fluxos institucionais, a revisão dos indicadores e meios de verificação e a atualização do quadro de rastreabilidade. Esses aprimoramentos foram consolidados no Plano de Trabalho ajustado para aplicação a partir de julho de 2026.

As medidas adotadas permitiram adequar os procedimentos às condições territoriais e operacionais verificadas, mantendo os objetivos dos programas e fortalecendo a prevenção de riscos, a comunicação institucional e o respeito aos povos indígenas.

14. ENCAMINHAMENTOS PARA O PRÓXIMO PERÍODO

A partir de julho de 2026, a execução dos programas será orientada pelo Plano de Trabalho ajustado, que incorporou as orientações da FUNAI e os aperfeiçoamentos identificados durante a etapa inicial. A continuidade das ações deverá considerar a dinâmica operacional da obra, a mobilização das frentes de serviço e a rotatividade dos trabalhadores, assegurando que os profissionais admitidos posteriormente também sejam alcançados pelas atividades educativas.

14.1 Programa de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT

No âmbito do PEAT, será mantida a realização de integrações, palestras, capacitações e Diálogos Semanais de Segurança. Os temas continuarão sendo definidos a partir dos riscos observados nas frentes de serviço, contemplando segurança do trabalho, educação ambiental, prevenção de impactos e condutas adequadas em áreas de influência indígena.

A rotatividade dos trabalhadores exige acompanhamento contínuo do efetivo mobilizado. Por essa razão, as ações de integração não serão restritas à etapa inicial do programa, devendo ser repetidas sempre que houver admissão ou mobilização de novos profissionais. Esse procedimento permitirá ampliar a cobertura do PEAT e assegurar que os trabalhadores tenham acesso às orientações antes ou durante sua atuação nas frentes de serviço.

Também será mantida a produção de cards e materiais gráficos relacionados aos temas trabalhados. Os materiais serão classificados por formato, conteúdo e público, permitindo acompanhar separadamente o cumprimento das metas de produção e disponibilização.

As listas de presença serão comparadas com a relação nominal do efetivo fornecida pela empresa responsável pelas equipes operacionais. Essa medida permitirá diferenciar participações acumuladas de trabalhadores únicos e identificar profissionais que ainda deverão ser incluídos nas ações.

14.2 Programa de Comunicação Social Indígena

No Programa de Comunicação Social Indígena, será mantido o canal institucional para recebimento de dúvidas, solicitações e manifestações. Cada contato será registrado, analisado conforme sua relação com o escopo dos programas, encaminhado à instituição responsável e acompanhado até a elaboração da devolutiva.

A produção dos boletins informativos terá continuidade conforme o cronograma e a disponibilidade de informações oficiais sobre os serviços de manutenção da rodovia. Os conteúdos deverão apresentar linguagem clara, delimitar o escopo das atividades e indicar os canais disponíveis para contato.

Também prosseguirão as articulações com as Coordenações Regionais da FUNAI e com as organizações indígenas representativas. Essas interlocuções deverão subsidiar a definição dos públicos, canais e formas adequadas de divulgação das informações, bem como a avaliação da necessidade de materiais em línguas indígenas e dos procedimentos para sua tradução e validação.

Não há ingresso programado em Terra Indígena apenas em razão da execução do Programa de Comunicação Social Indígena. Caso seja identificada a necessidade de atividade no interior de alguma Terra Indígena, sua realização dependerá da definição prévia do objeto, da pactuação com as organizações indígenas e da autorização da FUNAI.

14.3 Monitoramento e documentação

O monitoramento será realizado com base nos indicadores definidos no Plano de Trabalho ajustado e no quadro de rastreabilidade. Cada atividade deverá permanecer vinculada às suas evidências, incluindo listas de presença, registros fotográficos, apresentações, materiais produzidos, atas, comunicações institucionais e controles de atendimento.

A consolidação dos resultados deverá identificar separadamente o número de atividades, as participações acumuladas e os trabalhadores únicos alcançados. Essa diferenciação será especialmente importante diante da rotatividade do efetivo e das alterações na composição das equipes ao longo da execução.

Os relatórios mensais e trimestrais serão mantidos como instrumentos de acompanhamento, análise e comprovação das ações. Neles serão registrados os resultados, as condições observadas, as adequações metodológicas e os encaminhamentos adotados para assegurar a continuidade dos programas.

Nas considerações finais, a rotatividade dos colaboradores será destacada como fator que exige caráter contínuo do PEAT, renovação das integrações e atualização periódica do indicador de cobertura.

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de março a junho de 2026 marcou a implantação e o início da execução dos Programas de Educação para os Trabalhadores da Obra – PEAT e de Comunicação Social Indígena, vinculados aos serviços de manutenção e conservação da Rodovia MT-322.

Em março, as atividades concentraram-se na apresentação do Plano de Trabalho, na mobilização da equipe, na organização documental, no reconhecimento das condições operacionais e no estabelecimento das primeiras interlocuções institucionais. Entre abril e junho, houve avanço das ações educativas junto aos trabalhadores, da produção de materiais e da estruturação dos mecanismos de comunicação e monitoramento.

No âmbito do PEAT, foram realizadas integrações, palestras, Diálogos Semanais de Segurança e rodas de conversa, com abordagem de riscos operacionais, gestão de resíduos, tráfego de máquinas, abastecimento, uso de EPI e EPC, sinalização e condutas em áreas de influência indígena. Os materiais produzidos complementam as atividades presenciais e mantiveram as orientações acessíveis nos espaços operacionais e nos canais utilizados pelas equipes.

A rotatividade dos trabalhadores constitui um aspecto relevante para a continuidade do programa. A alteração do efetivo exige a repetição das ações de integração e a atualização periódica das listas de participantes, de modo que os profissionais mobilizados ao longo da execução também tenham acesso às orientações do PEAT. Por essa razão, a cobertura deverá ser avaliada com base na comparação entre as listas de presença e a relação nominal atualizada dos trabalhadores.

No Programa de Comunicação Social Indígena, foram iniciadas articulações com unidades da FUNAI, organizações indígenas e instituições relacionadas ao empreendimento. Também foram implantados o canal institucional e o procedimento de recebimento, registro, análise, encaminhamento e acompanhamento das manifestações. A agenda pontual realizada na Aldeia Piraçu permitiu esclarecer informações sobre os serviços de manutenção, apresentar os programas e divulgar o canal de comunicação às lideranças presentes.

A RTG não estabeleceu expressamente a realização de atividades no interior das Terras Indígenas. Entretanto, a proximidade de aldeias com a Rodovia MT-322 e com a travessia por balsa cria situações de contato entre indígenas, trabalhadores e estruturas operacionais. Os próprios indígenas participam da operacionalização da balsa e circulam pelo trecho, podendo ocorrer contatos espontâneos com o canteiro e com as equipes da obra.

Essas interações não substituem as ações formais do Programa de Comunicação Social Indígena nem autorizam o ingresso da equipe executora nas aldeias. Elas demonstram, contudo, a importância de manter os trabalhadores orientados, o canal de comunicação disponível e os procedimentos institucionais preparados para prevenir informações desencontradas, condutas inadequadas e situações de conflito.

Nesse contexto, a Jurupará Socioambiental manteve a interlocução com a FUNAI e as organizações indígenas, organizou os Termos de Compromisso Individual, os comprovantes de vacinação e os documentos de saúde e revisou o Plano de Trabalho. A manutenção desses procedimentos constitui medida de precaução, boa-fé institucional e compromisso com a proteção dos direitos e das particularidades socioculturais dos povos indígenas, especialmente para orientar e regular qualquer nova atividade que venha a ser definida no interior das Terras Indígenas.

Caso venha a ser identificada a necessidade de atividade no interior de alguma Terra Indígena, sua realização dependerá da definição prévia do objeto, da pactuação com as organizações indígenas e da autorização da FUNAI. Até que essas condições estejam estabelecidas, o relacionamento ocorrerá pelos canais institucionais, pelas organizações representativas e nos espaços externos às aldeias relacionados ao percurso da MT-322.

As orientações apresentadas pela FUNAI subsidiaram a revisão do Plano de Trabalho, que passou a delimitar com maior precisão a abrangência, as metodologias, os indicadores e os mecanismos de acompanhamento. A versão ajustada orientará a execução a partir de julho de 2026, enquanto a análise do período abrangido por este relatório permanece fundamentada nos instrumentos vigentes entre março e junho.

Conclui-se que a Jurupará Socioambiental implantou os instrumentos necessários à execução dos programas, realizou as ações previstas para a etapa inicial, adequou as estratégias às condições observadas e organizou os respectivos meios de verificação. A continuidade deverá priorizar a integração dos novos trabalhadores, a regularidade das ações educativas, a consolidação dos indicadores e o fortalecimento da comunicação institucional com a FUNAI e as organizações indígenas.

16. RELAÇÃO DE ANEXOS

Os anexos que integram este Relatório Trimestral estão organizados em blocos temáticos, reunindo os documentos de referência, as manifestações institucionais e os meios de verificação das ações executadas no período. Essa organização busca facilitar a consulta, a rastreabilidade das informações e a análise técnica dos resultados apresentados.

Bloco I – Documentos de referência

- **Anexo I** – Ordem de Serviço nº 00031/2026/SCOLA/SINFRA;
- **Anexo II** – Primeira versão do Plano de Trabalho;
- **Anexo III** – Plano de Trabalho ajustado em julho de 2026.

Bloco II – Correspondências e articulações institucionais realizadas

- **Anexo IV** – Ofício de encaminhamento da primeira versão do Plano de Trabalho à FUNAI;
- **Anexo V** – Comprovante de protocolo da primeira versão do Plano de Trabalho;
- **Anexo VI** – Ofício de encaminhamento do Plano de Trabalho ajustado;
- **Anexo VII** – Ofícios, e-mails e solicitações de agenda encaminhados no período;
- **Anexo VIII** – Atas ou memórias das reuniões realizadas com a FUNAI, SINFRA-MT, Instituto Raoni, ATIX e demais instituições;

Bloco III – Relatórios do período

- **Anexo IX** – Relatório Mensal de março de 2026;
- **Anexo X** – Relatório Mensal de abril de 2026;
- **Anexo XI** – Relatório Mensal de maio de 2026;
- **Anexo XII** – Relatório Mensal de junho de 2026.

Bloco IV – Evidências do PEAT

- **Anexo XIII** – Listas de presença das integrações, palestras, DSS e rodas de conversa;
- **Anexo XIV** – Termos de compromisso assinados pelos trabalhadores;
- **Anexo XV** – Registros fotográficos das atividades;
- **Anexo XVI** – Apresentações e conteúdos utilizados nas capacitações;
- **Anexo XVII** – Cartazes, cards e demais materiais educativos produzidos;
- **Anexo XVIII** – Evidências de compartilhamento de materiais elaborados.

Bloco V – Evidências do Programa de Comunicação Social Indígena

- **Anexo XIX** – 1ª versão do Boletim informativo produzido;

Bloco VI – Regularização da equipe

- **Anexo XX** – Comprovante de encaminhamento da documentação pessoal e sanitária em processo de acesso restrito.

Jurupará Socioambiental

TRANSFORMANDO
O AMANHÃ

Acesse o QR code e
conheça mais sobre nós!

